

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PALOMA BERNARDINO DE ARAÚJO

IMPACTOS VISUAIS DOS EDIFÍCIOS VERTICAIS NA RUA DA
AURORA, RECIFE-PE

Recife
2018

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Paloma Bernardino de Araújo

**IMPACTOS VISUAIS DOS EDIFÍCIOS VERTICAIS NA RUA DA
AURORA, RECIFE-PE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para a
Graduação no Curso de Arquitetura e
Urbanismo, sob a orientação do Prof. M. Sc
Pedro Henrique C. Valadares.

Recife

2018

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

A663i Araújo, Paloma Bernardino de .
Impactos visuais dos edifícios verticais na rua da Aurora, Recife-
PE / Paloma Bernardino de Araújo. - Recife, 2018.
106 f.: il. color.

Orientador: Prof. Ms. Pedro Henrique C. Valadares
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Paisagem urbana histórica. 3.
Verticalização. 4. Rua da Aurora. I. Valadares, Pedro Henrique C. II.
Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-226)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PALOMA BERNARDINO DE ARAÚJO

**IMPACTOS VISUAIS DOS EDIFÍCIOS VERTICAIS NA RUA DA AURORA,
RECIFE-PE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
a Graduação no Curso de Arquitetura e
Urbanismo, sob orientação do Prof. M. Sc
Pedro Henrique C. Valadares.

Aprovado em 08 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. M. Sc Pedro Henrique C. Valadares / FADIC
Orientador

Prof.^a Dr.^a Luciana Santiago Costa / FADIC
Examinador 1

Arquiteta Maria de Nazaré Oliveira Reis / FUNDARPE
Examinador 2

Recife
2018

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo o carinho, incentivo, apoio e paciência durante os anos de faculdade.

A Guilherme, pelo apoio e paciência.

A professora Winnie Fellows, pela orientação e esclarecimentos durante a disciplina de TG2.

Ao escritório técnico do IPHAN em Olinda e a Vania Cavalcanti pelo apoio e incentivo que contribuíram enormemente na elaboração deste trabalho e na minha formação profissional.

Ao meu orientador, Pedro Valadares, por quem tenho profunda admiração e respeito. Agradeço pelo que aprendi durante a construção deste trabalho, pela liberdade e autonomia a mim concedida. Obrigada pelas sugestões, disposição e disponibilidade, paciência, por cada correção detalhada de cada vírgula, por cada esclarecimento e pela confiança depositada em mim.

A paisagem é produto, uma operação cultural processada pela vivência de quem a constrói no curso da história.

(VERAS, 2014, p.81)

RESUMO

Alguns lugares são representativos, são espaços de vivências urbanas, despertam a memória coletiva. Em alguns casos, estão associados a traços históricos de um período de tempo distinto, assim também é sua paisagem. A Rua da Aurora pode ser considerada como um desses espaços. No entanto, a atual dinâmica de muitas das grandes cidades não respeitam estas áreas, muito em função da fragilidade da legislação urbanística com parâmetros urbanísticos que nem sempre estão em consonância com a preservação das áreas históricas e suas paisagens. Além disso, há ainda a pressão do mercado imobiliário que vêm impondo descaracterizações em muitos conjuntos urbanos históricos por meio da verticalização, influenciando negativamente na leitura da paisagem urbana histórica. Assim fez-se necessário analisar os possíveis impactos visuais causados pelo processo de transformação vertical na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora, desde a construção das primeiras edificações verticais, através do entendimento dos conceitos de paisagem, patrimônio e sua correlação. Além disso, foi indispensável entender como se deu o processo de verticalização, inclusive em sítios históricos, assim como o entendimento histórico, arquitetônico e das legislações que atuam sobre a Rua da Aurora para melhor análise visual da Rua e finalizar o trabalho conforme a hipótese de que os edifícios verticais impactam negativamente na leitura da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora e propor orientações que reformulem esse processo de transformação urbana.

Palavras chaves: Paisagem urbana histórica, verticalização, Rua da Aurora.

ABSTRACT

Some places are representative, spaces of urban experiences, awaken collective memory. In some cases, they are associated with historical traits of a distinct period of time, so is their landscape. Aurora street can be considered as one of these spaces. However, the current dynamics of many of the big cities do not respect these areas, much due to the fragility of the urban legislation with urban planning parameters that are not always in consonance with the preservation of historical areas and their landscapes. Besides, there is still pressure from the real estate market that has been imposing recharacterizations in many historical urban settlements by means of verticalization, negatively influencing the reading of the historic urban landscape. Thus, it was necessary to analyze the possible visual impacts caused by the process of vertical transformation in the historical urban landscape of Aurora street, from the construction of the first vertical buildings, through the understanding of the concepts of landscape, patrimony and their correlation. Beyond that, it was indispensable to understand how the process of verticalization took place, including in historical sites, as well as the historical, architectural and legal understanding that works on the Rua da Aurora to better visual analysis of the Street and to finalize the work according to the hypothesis of that vertical buildings have a negative impact on the reading of the historic urban landscape of Aurora Street and propose guidelines that reformulate this process of urban transformation.

Keywords: Historic urban landscape, verticalization, Aurora Street.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PAISAGEM CULTURAL DO RIO DE JANEIRO.....	17
FIGURA 2: PAISAGEM URBANA VISTA DO OBSERVADOR.....	23
FIGURA 3: PAISAGEM URBANA VISTA AÉREA.....	23
FIGURA 4: PAISAGEM URBANA HISTÓRICA DE HONFLEUR.....	24
FIGURA 5: PAISAGEM URBANA HISTÓRICA DO PORTO.....	24
FIGURA 6: PAISAGEM URBANA HISTÓRICA DE GUIMARÃES.....	24
FIGURA 7: PAISAGEM URBANA HISTÓRICA DE EDIMBURGO.....	24
FIGURA 8: POLITZER WORLD BUILDING E TRIBUNE BUILDING, RESPECTIVAMENTE.....	31
FIGURA 9: EMPIRE STATE BUILDING.....	31
FIGURA 10: MIES VAN DER ROHE, LAKE SHORE DRIVE, CHICAGO, 1951.....	32
FIGURA 11: EDIFÍCIO ALTINO ARANTES, CONHECIDO COMO PRÉDIO DA BOVESPA.....	33
FIGURA 12: EDIFÍCIOS ITALIA E COPAN, RESPECTIVAMENTE.....	33
FIGURA 13: EDIFÍCIO MARTINELLI EM CONSTRUÇÃO, ANOS 1920.....	33
FIGURA 14: CENTRO DO RIO DE JANEIRO, NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	34
FIGURA 15: VISTA DA AVENIDA MARQUÊS DE OLINDA, BAIRRO DO RECIFE, ANOS 1920.....	34
FIGURA 16: HOTEL CENTRAL, BAIRRO DA BOA VISTA.....	35
FIGURA 17: ARRANHA-CÉU DA PRACINHA COM LETREIRO DA PRADA, PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA.....	35
FIGURA 18: VISTA PANORÂMICA DA AVENIDA GUARARAPES, ANOS 1956.....	36
FIGURA 19: VISTA DA AVENIDA GUARARAPES, ANOS 1960.....	36
FIGURA 20: EDIFÍCIOS SUL AMERICA E SEGURADORA, AVENIDA GUARARAPES, ANOS 1940.....	37
FIGURA 21: VISTA PARA AVENIDA GUARARAPES, A DIREITA, ENCONTRA-SE O EDIFÍCIO TRIANON, ANOS 1940.....	37
FIGURA 22: VISTA DO EDIFÍCIO AIP, AO FUNDO A IGREJA E BASÍLICA DO CARMO.....	38
FIGURA 23: EDIFÍCIO BRASILAR, PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, ANOS 1960.....	38
FIGURA 24: VISTA PARA O EDIFÍCIO DUARTE COELHO.....	39
FIGURA 25: EDIFÍCIO CAETÉS E O PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RECIFE.....	39
FIGURA 26: EDIFÍCIO CAPIBARIBE, RUA DA AURORA, ANOS 1950.....	39
FIGURA 27: VISTA DO GINÁSIO PERNAMBUCANO E O EDIFÍCIO CAPIBARIBE.....	39
FIGURA 28: KOP VAN ZUID EM ROTTERDAN.....	41
FIGURA 29: DOCKLANDS EM LONDRES.....	41
FIGURA 30: PARIS EM PRIMEIRO PLANO E LA DÉFENSE EM SEGUNDO.....	41
FIGURA 31: PROJETO 3D DO PANKRÁC PLAIN.....	42
FIGURA 32: VISTA A PARTIR DO CASTELO DE PRAGA.....	42
FIGURA 33: PIÉRS DUARTE COELHO E MAURÍCIO DE NASSAU.....	43
FIGURA 34: VISTA DO TERRITÓRIO PARA O MAR DOS PIÉRS MAURÍCIO DE NASSAU E DUARTE COELHO.....	43
FIGURA 35: ZONAS HISTÓRICAS NO CENTRO DO RECIFE.....	44

FIGURA 36: SIMULAÇÃO DO SKYLINE COM O PROJETO NOVO RECIFE E OS CONSTRUÍDOS PÍERS DUARTE COELHO E MAURÍCIO DE NASSAU.	44
FIGURA 37: DELIMITAÇÃO DA RUA DA AURORA.....	46
FIGURA 38: VISTA DA RUA DA AURORA COM FLAMBOYANTS.....	47
FIGURA 39: VISTA DA RUA DA AURORA POR OUTRO ÂNGULO.....	47
FIGURA 40: OCUPAÇÃO DA ILHA DO RECIFE, ILHA DE ANTÔNIO VAZ E O BAIRRO DA BOA VISTA NOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX, RESPECTIVAMENTE.	48
FIGURA 41: REPRESENTAÇÃO DA OCUPAÇÃO INICIAL DO BAIRRO DA BOA VISTA NO ANO DE 1808.	49
FIGURA 42: REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DA BOA VISTA EM 1856.	50
FIGURA 43: REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO BAIRRO DA BOA VISTA EM DIREÇÃO AO BAIRRO DE SANTO AMARO EM 1870.	52
FIGURA 44: REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS BAIRROS DA BOA VISTA E SANTO AMARO EM 1906.	53
FIGURA 45: CONJUNTO URBANO TOMBADO VISTO DA RUA DO SOL.....	54
FIGURA 46: MAPA RUA DA AURORA, 1924.	56
FIGURA 47: UNIBASE DA RUA DA AURORA, 2018.	56
FIGURA 48: VISTA AÉREA DA ZEPH 8.3 E SEU ENTORNO.....	62
FIGURA 49: PERÍMETRO DOS SETORES SCC, SPM, SRC1 E O CONJUNTO URBANO TOMBADO NA RUA DA AURORA.	65
FIGURA 50: DEMARCAÇÃO DA SUBDIVISÃO DO CONJUNTO URBANO DA AURORA.	67
FIGURA 51: EDIFICAÇÕES PERTENCENTES AO TRECHO 2.....	68
FIGURA 52: EDIFICAÇÕES PERTENCENTES AO TRECHO 1.....	68
FIGURA 53: EDIFICAÇÕES PERTENCENTES AO TRECHO 3.....	69
FIGURA 54: EDIFICAÇÕES PERTENCENTES AO TRECHO 4.....	69
FIGURA 55: PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E GINÁSIO PERNAMBUCANO, RESPECTIVAMENTE.	70
FIGURA 56: ESQUEMA REPRESENTATIVO TEÓRICO DO QUE SERIA A ARTE X EMPÍRIA.	71
FIGURA 57: RUA DA AURORA ANTES DA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DUARTE COELHO.	75
FIGURA 58: VISTA DO EDIFÍCIO DUARTE COELHO, RUA DA AURORA.	75
FIGURA 59: EDIFÍCIOS DUARTE COELHO, SANTA ALICE E O EDF. LUZÍADAS EM CONSTRUÇÃO, DÉCADA DE 1960.	76
FIGURA 60: EDIFÍCIO DUARTE COELHO E CONJUNTO ARQUITETÔNICO REMANESCENTE.	76
FIGURA 61: RUA DA AURORA, TRECHO ENTRE A RUA DA IMPERATRIZ E A ATUAL AVENIDA CONDE DA BOA VISTA.	77
FIGURA 62: RUA DA AURORA, TRECHO ENTRE A AVENIDA CONDE DA BOA VISTA E RUA PRINCESA ISABEL, MEADOS DA DÉCADA DE 1960.	78
FIGURA 63: RUA DA AURORA, TRECHO ENTRE A AVENIDA CONDE DA BOA VISTA E RUA DO RIACHUELO, ATUALMENTE.....	78
FIGURA 64: RUA DA AURORA, TRECHO ENTRE RUA PRINCESA ISABEL E A TRAVESSA CORREIA NETO.	79

FIGURA 65: EDIFÍCIO CAETÉ, PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E O GINÁSIO PERNAMBUCANO.....	79
FIGURA 66: RUA DA AURORA E O EDIFÍCIO CAPIBARIBE.....	80
FIGURA 67: VISTA DA PARCELA DA RUA DA AURORA QUE CORRESPONDE AO BAIRRO DE SANTO AMARO. EM DESTAQUE: EDIFÍCIOS MONTREAL, IEMANJÁ, CAPIBARIBE E ALFREDO BANDEIRA.	80
FIGURA 68: VISTA DA RUA DA AURORA, 1938.	81
FIGURA 69: VISTA DA PONTE PRINCESA ISABEL PARA UMA PARCELA DA RUA DA AURORA.....	81
FIGURA 70: VISTA DA RUA DA AURORA, DÉCADA DE 1950.	81
FIGURA 71: VISTA DA RUA DA AURORA, ATUALMENTE.....	82
FIGURA 72: OBSERVAÇÃO DA RUA DA AURORA.	83
FIGURA 73: PONTOS DE VISADA TRABALHADOS POR SILVA, PARA ANÁLISE DA RUA DA AURORA.....	85
FIGURA 74: VISTA VB1. A. E O CORTE ESQUEMÁTICO COM SITUAÇÃO ATUAL E SIMULAÇÃO, RESPECTIVAMENTE.	85
FIGURA 75: VISTA VB4. B. E CORTE ESQUEMÁTICO COM SITUAÇÃO ATUAL E SIMULAÇÃO, RESPECTIVAMENTE.	86
FIGURA 76: VISTA VB5. B. E CORTE ESQUEMÁTICO COM SITUAÇÃO ATUAL E SIMULAÇÃO, RESPECTIVAMENTE.	87
FIGURA 77: VISTAS DA PARCELA NORTE DA RUA DA AURORA VISTA DAS PONTES BUARQUE DE MACEDO, MAURÍCIO DE NASSAU E PONTE GIRATÓRIA, RESPECTIVAMENTE.....	88
FIGURA 78: LIMITE DOS SETORES SCC, SRC1 E SPM.....	91
FIGURA 79: SIMULAÇÃO DO COEFICIENTE CONSTRUTIVO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO ATUAL NO SETOR SRC1.	92
FIGURA 80: SIMULAÇÃO DO COEFICIENTE CONSTRUTIVO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO ATUAL NO SETOR SCC VISTO DE OUTRO ÂNGULO.	92
FIGURA 81: ZONEAMENTO PROPOSTO PARA O SETOR SRC1.	93

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REVISÃO CONCEITUAL: PAISAGEM E PATRIMÔNIO	15
2.1	Noção de paisagem	15
2.2	A ampliação do conceito de patrimônio e a paisagem como patrimônio.....	17
2.3	A paisagem urbana histórica.....	22
2.4	A importância da preservação da paisagem urbana histórica.....	25
3	A VERTICALIZAÇÃO NA PAISAGEM.....	30
3.1	A verticalização em sítios históricos.....	40
4	A RUA DA AURORA.....	46
4.1	Contextualização histórica	47
4.2	Configuração do conjunto urbano antigo.....	56
4.3	Legislação	59
4.4	Verticalização na Rua da Aurora.....	71
5	DIRETRIZES BÁSICAS PARA REFORMULAR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA ATUAL NA RUA DA AURORA	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	97

1 INTRODUÇÃO

O conceito de paisagem vai muito além de percepção visual ou natureza. A paisagem pode conceder identidade e espírito a determinado lugar. É por meio dela que podemos entender as particularidades da cidade. Sendo através dos processos culturais e de urbanização que fez com que surgissem novas categorias de paisagem, o que nos leva a ter maior atenção às paisagens urbanas dos sítios históricos.

Entende-se por paisagem urbana histórica aquele conjunto urbano composto por elementos que a definem entre uso e parcelamento do solo, relações visuais, técnicas construtivas etc., de um período de tempo passado. Assim, o Memorando de Viena (UNESCO, 2005) enfoca no impacto do desenvolvimento urbano atual na paisagem urbana histórica de modo a sugerir uma integridade da paisagem baseada na organização territorial, nas edificações existentes e no contexto histórico.

Considerando os conceitos presentes nas principais cartas patrimoniais, a exemplo do Memorando de Viena (UNESCO, 2005), a Rua da Aurora pode ser classificada como um exemplar que compõe uma paisagem urbana histórica, embora a legislação pertinente enquadre a Rua como conjunto urbano, o qual é repleto de memória e evidências de diferentes períodos da história, fazendo dela uma parte integrante da identidade da cidade.

Fenômenos como a verticalização resultante de um processo industrial e desenvolvimento urbano, vêm se impondo cada vez mais no cenário urbano da cidade do Recife. Tendo em vista que a verticalização na cidade do Recife é tida como sinônimo de progresso e de cidade moderna, não é de hoje a introdução dos edifícios verticais nos centros históricos, desde a expansão do centro da cidade em direção ao bairro da Boa Vista no século XIX, compreendendo um grande projeto de transformação do território pelos planos urbanísticos que enfatizavam a modernidade.

Portanto, através da temática sobre as implicações da verticalização em sítios históricos, a presente pesquisa tem como objeto de estudo os impactos visuais dos edifícios verticais na Rua da Aurora, desde a construção das primeiras edificações verticalizadas na área.

Nos últimos anos, o centro histórico da capital pernambucana vem sendo alvo crescente do mercado imobiliário, atualmente com torres inseridas no Cais de Santa

Rita (Pier Maurício de Nassau e Pier Duarte Coelho) e o projeto Novo Recife proposto para o Cais José Estelita, ambos em pontos estratégicos ociosos na cidade. O mesmo vem acontecendo na parcela Norte da Rua da Aurora com um intenso processo de verticalização, além do adensamento construtivo e a introdução de novos usos, alterando sua paisagem, morfologia, condições ambientais e comportamentais. Veras (2014) descreve que a inserção de edifícios verticais no centro histórico do Recife provoca uma mutilação da morfologia urbana e ignora a escala existente por mais de séculos de paisagem, ao estabelecer um novo padrão de ocupação e apropriação do espaço. Essas alterações podem estar modificando as experiências coletivas e alterando a percepção dos usuários em relação a este trecho da cidade.

Partindo dessa explanação, esta pesquisa questiona: quais os possíveis impactos visuais do processo de transformação vertical na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora? E com base nesse questionamento, tornou-se guia do trabalho a hipótese que a verticalização descaracteriza a paisagem tradicionalmente horizontal da Rua da Aurora, interferindo negativamente na identidade da referida Rua, objetivando apresentar os impactos visuais causados pelos edifícios verticais na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora. Para tal, faz-se necessário verificar o antes, a paisagem horizontal da Rua da Aurora, analisar o que influenciou esta alteração e propor diretrizes que visem reformular o processo de transformação urbana da Rua da Aurora, de modo a preservar a paisagem urbana histórica da mesma. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada é apontada por Bunge (1974) e apresentada por Marconi e Lakatos (2010) como hipotético-dedutiva que consiste em quatro etapas: (a) colocação da problemática; (b) construção de um modelo teórico e de uma hipótese; (c) averiguação da hipótese (d) conclusão – confirmação ou não da hipótese. Para tanto, o processo metodológico utilizado apoia-se nas pesquisas bibliográficas, baseadas em autores como Veras (2014), Macedo (2012), Choay (2001), Lemos (1981), Cullen (1971), entre outros; análises documentais como as principais cartas patrimoniais, a exemplo da Carta de Veneza (1964), Carta de Washington (1986), Recomendação de Nairóbi (1976), Recomendação Paris Paisagens e Sítios (1962), entre outras relativas ao tema e acervos consultados na FUNDARPE e no IPHAN; análises de materiais iconográficos através de registros fotográficos, comparação de imagens de épocas distintas, levantamento de imagens aéreas e mapas como o Atlas Histórico e

Cartográfico do Recife (MENEZES, 2017), além de elaboração de mapas de usos, de gabaritos e tipologias arquitetônicas para melhor compreensão da atual dinâmica da Rua.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. O capítulo 1 desenvolve a presente introdução. O capítulo 2 consiste na conceituação temática de paisagem e patrimônio que norteiam a pesquisa. No primeiro momento apresenta a noção de paisagem e a ampliação do conceito de patrimônio, bem como a inserção da paisagem na preocupação preservacionista. No segundo momento aborda a noção do termo paisagem urbana histórica e explora a importância da preservação e da memória coletiva por meio dos critérios utilizados pela UNESCO para avaliações no âmbito da conservação.

Em seguida, a fim de entender o processo de transformação urbana vertical, o capítulo 3 apresenta como originou e perdura até os dias atuais a verticalização. Desde considerações sobre o contexto histórico e princípios que nortearam a reprodução em âmbito internacional e que influenciaram as configurações urbanas até alcançar o Recife e de que forma esses modelos estão sendo inseridos em sítios históricos.

Posteriormente, o capítulo 4 apresenta a pesquisa empírica, o local a ser estudado, delimitado pela extensão da Rua da Aurora, na cidade do Recife. A começar pela formação do bairro da Boa Vista, os sucessivos aterros, o bairro de Santo Amaro e os principais usos até os dias atuais, com o intuito de entender a análise da estrutura urbana e a configuração do conjunto urbano remanescente. Assim como uma revisão da implantação das leis preservacionistas passando pelas esferas federal, estadual e municipal até as leis que envolvem especificamente a Rua da Aurora e as edificações que são protegidas pelo instrumento de tombamento. Após esse embasamento histórico, observa-se o processo de verticalização na Rua, como se deu a implantação dos edifícios verticais e o que influenciou essa prática, tendo Veras (2014) e Cullen (1971) como referencial teórico para a leitura da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora.

O capítulo 5 apresenta a conclusão obtida da leitura da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora até chegar a indicações e orientações básicas que visem reformular o processo de transformação urbana na Rua da Aurora com a premissa de preservar a paisagem urbana histórica.

Por fim, no capítulo 6, tem-se a apresentação das considerações finais alcançadas com o desenvolvimento do trabalho.

2 REVISÃO CONCEITUAL: PAISAGEM E PATRIMÔNIO

Por se tratar de implicações da verticalização em sítios históricos, esta primeira parte apresenta a relação entre paisagem e patrimônio, a fim de revisar o conceito destas duas áreas de conhecimento e compreender a importância da preservação da paisagem.

2.1 Noção de paisagem

O termo paisagem abrange diversos campos disciplinares e múltiplos significados adequados a cada área de estudo (SCHLEE; NUNES, *et al.*, 2009).

Segundo Maximiano (2004), desde 2.500 a.C. a relação da sociedade com a paisagem destaca-se pela representação de elementos encontrados no ambiente, apoiados na observação do meio que circunda o observador. Mas, foi no Renascimento com a arte da pintura que se consolidou esse processo de apreensão da realidade (SANTOS, 1999 apud FIGUEIREDO, 2013).

A etimologia da palavra em si veio do francês, *paysage*, derivado de *pays* que significa país, nação, relacionada tanto em francês como em português a território (SANDEVILLE JUNIOR, 2005).

Percebe-se que os significados do termo paisagem abrangiam com maior relevância o meio natural e a partir do século XX, com a vinda da geografia humana como La Blanche e Carl Sauer, ampliou-se a noção de paisagem, incluindo elementos da cultura, a ação do homem sobre o meio.

Para Santos (1996) citado por Queiroga e Benfatti (2007), a rigor a paisagem refere-se apenas à percepção visual, uma porção da configuração territorial que se pode apreender com a visão. Assim, paisagem não deixa de ser percepção, visualidade, mas é também, o produto das relações entre os processos sociais e naturais. (MAGNOLI, 1982 apud QUEIROGA e BENFATTI, 2007).

Assim, tanto Sandeville Junior (2005) como Schlee; Nunes, *et al.* (2009) apontam que o conceito de paisagem não se trata apenas do espaço físico vinculado à natureza, nem somente à percepção visual, mas sim à uma apropriação do espaço que ocorre em períodos de tempo e escalas distintas. Essa apropriação espacial se explica através dos processos sociais que movimentam, transformam e

criam a identidade de um lugar, portanto o que nos interessa na apreensão visual da paisagem é sua materialização bem como o seu significado.

Este conceito entra em acordo com o proposto por Maximiano (2004) quando o mesmo afirma que a paisagem pode ser compreendida como uma manifestação do espaço geográfico. Ele considera o espaço como o objeto de estudo da geografia, desse modo, para ele, a paisagem é um meio para a compreensão de um determinado lugar.

Paisagem não é o mesmo que espaço geográfico, mas pode ser compreendida como manifestação deste. O espaço é o objeto de estudo da geografia, enquanto a paisagem poderia ser entendida como uma medida multidimensional de compreensão de um lugar (MAXIMIANO, 2004, p. 90)

A Convenção Europeia da Paisagem (2000) entende que “Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos”. A Carta Brasileira da Paisagem (ABAP, 2012) diz que paisagem também pode ser entendida como a “combinação do ambiente abiótico, biótico e sócio cultural como componente material que está atrelado ao componente imaterial expresso pela capacidade da percepção humana que dá significado e sentido estético”. Ou seja, ambos os conceitos englobam a percepção da paisagem como um todo e suas relações com os elementos que a compõe, e não somente a percepção de um único elemento.

Significa dizer que paisagem é resultante da relação entre elementos físicos naturais, dos elementos culturais e também do uso e ocupação do solo naquele lugar. “A paisagem é, portanto um produto profundamente impregnado de cultura, que resulta de processos de alteração contínua rebatido na forma de ocupação e gestão do território.” (AB’SABER, 2003, p. 9 apud SCHLEE; NUNES *et al.* 2009, p.232).

Figura 1: Paisagem Cultural do Rio de Janeiro.



Fonte: Alo Rio de Janeiro. Disponível em <<http://aloriodejaneiro.com/2016/12/14/rio-de-janeiro-e-1a-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrimonio-mundial-da-unesco/>> Acesso em: 30.11.2017.

Portanto, baseada nas reflexões da geografia humana, a paisagem pode ser compreendida em duas partes: a primeira como sendo toda intervenção humana realizada no meio que, com determinada cultura, entende-se por paisagem cultural (Figura 1); e a segunda, antes de qualquer intervenção humana, como paisagem natural. Estes conceitos dão o ponto de partida para o presente trabalho, de forma que os processos de humanização e desenvolvimento urbano fez com que surgissem novas tipologias de paisagens, considerando que esta se encontra em constante processo de transformação respondendo à demanda social. Vincula-se a isto, ao decorrer do tempo, essas modificações na paisagem devido à urbanização¹, nos leva a ter maior atenção quanto às ideias de conservação e preservação diante das paisagens urbanas dos centros históricos, apresentada mais adiante.

Sob essa perspectiva, conclui-se que a noção de paisagem tem-se introduzido de forma gradual no campo de patrimônio cultural, tendo em vista que a paisagem revela muitas histórias.

2.2 A ampliação do conceito de patrimônio e a paisagem como patrimônio.

Com o intuito de entender como se deu o processo de transformação conceitual e as principais contribuições a respeito do tema, produziu-se uma síntese dos principais documentos que trouxeram novos parâmetros e questionamentos sobre patrimônio, incluindo a paisagem como objeto preservável.

¹ Processo pelo qual a população urbana cresce em relação à população rural.

Inicialmente, o conjunto de bens que uma pessoa ou família adquiria era conhecido como patrimônio. Ao decorrer dos anos, a palavra foi requalificada com adjetivos (patrimônio natural, histórico, artístico, arquitetônico, etc.) que trata bens de âmbito público (CHOAY, 2001). Portanto, a palavra patrimônio significa o acúmulo de bens de uma pessoa, de uma população específica ou de uma nação.

Para Choay (2001) toda acumulação de bens que reúnem seu passado comum (obras-primas, trabalhos, saber fazer do ser humano, etc.) faz parte do patrimônio histórico. Assim, ao citar o saber fazer humano, o autor trata do bem material e imaterial.

No entendimento de Lemos (1981), patrimônio histórico consiste nos bens que expressam uma cultura anterior. No momento em que se acrescenta a palavra artístico, significa dizer que abrange mais um segmento de um acervo maior intitulado de patrimônio cultural de uma nação ou povo. Assim, entende-se por patrimônio cultural, o conjunto de bens (material e imaterial) que expressa à identidade de uma nação.

De uma forma geral, as cartas patrimoniais são recomendações e declarações, geralmente em sua maioria elaboradas em encontros de entidades internacionais como ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que abordam questões sobre a conservação do patrimônio. A fim de se ter um breve panorama do desenvolvimento progressivo do conceito de patrimônio e a inserção da paisagem nesse contexto, são analisadas as principais cartas que abordam o tema.

A Carta de Atenas (1933) refere-se a patrimônio como obras monumentais, pois no contexto histórico da época, com o governo autoritário, existia a preocupação em proteger os monumentos nacionais, apenas para afirmar o triunfo do poder, mas evidencia a visibilidade do entorno dos edifícios monumentais. (LIRA e CABRAL, 2012)

A Recomendação de Paris (UNESCO, 1962) trata sobre a salvaguarda² da estética e caráter das paisagens e sítios históricos, considerando, inclusive, os grandes edifícios modernos uma ameaça à paisagem.

² Entende-se por salvaguarda a preservação e quando possível a restituição de aspectos das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos a natureza ou obra do homem que sejam de

As medidas preventivas para a salvaguarda das paisagens e dos sítios deveriam visar a protegê-los dos perigos que os ameaçam. Essas medidas deveriam consistir essencialmente no controle dos trabalhos e atividades susceptíveis de causar dano às paisagens e aos sítios e, especialmente de:

- a) Construção de edifícios públicos e privados de qualquer natureza. Seus projetos deveriam ser concebidos de modo a respeitar determinadas exigências estéticas relativas ao próprio edifício e, evitando cair na imitação gratuita de certas formas tradicionais e pinturescas, **deveriam estar em harmonia com a ambiência que se deseja salvaguardar** [...] (RECOMENDAÇÃO PARIS PAISAGENS E SÍTIOS, 1962, p. 3, grifo da autora)

A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) amplia a noção de monumento histórico isolado para sítio urbano ou rural, que expresse a identidade de um povo. Aborda as questões de conservação e restauração dos monumentos históricos de forma que o art. 6º relata a importância da escala na conservação em geral.

A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

As Normas de Quito (O.E.A , 1967) aborda as consequências do progresso urbano, a vinda do mercado imobiliário e seus impactos no patrimônio.

Todo processo de acelerado desenvolvimento traz consigo a multiplicação de obras de infraestrutura e a ocupação de extensas áreas de instalações industriais e construções imobiliárias que não apenas alteram, mas deformam por completo a paisagem, apagando as marcas e expressões do passado, testemunhas de uma tradição histórica de inestimável valor (NORMAS DE QUITO, 1967, p. 3).

Assim, vale destacar que o documento propõe como medida legal a este ponto o zoneamento das áreas urbanas de interesse histórico com as seguintes subdivisões: zona de proteção rigorosa (consiste a de maior presença de monumentos de interesse histórico ou ambiente), zona de proteção (área com equilíbrio entre permissão de construir e preservação do patrimônio existente) e a zona de proteção da paisagem urbana (área com a finalidade de proteger a ambiência).

interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais peculiares. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962)

Seguindo os princípios da Carta de Veneza, em 1972 é elaborada a Recomendação de Paris que adota a preservação e conservação do patrimônio cultural e natural. Incluindo na definição de paisagem cultural a salvaguarda de monumentos isolados (obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, etc.) e conjuntos (grupo de construções isoladas ou reunidas), “em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem” (UNESCO, 1972, p. 02) e lugares notáveis (obras do ser humano ou conjugadas do homem e natureza) que tenham valor do ponto de vista da ciência, beleza natural e conservação. Além de definir os elementos naturais (formações físicas, biológicas, fisiográficas, geológicas, etc.). A partir disso, pressupõe por paisagem cultural a unificação de todos os conceitos que envolvem patrimônio, uma ampliação da noção de paisagem e das relações inseparáveis entre as diversas áreas (história, arquitetura, sociologia, arte, ecologia, etc.) que a envolvem.

A Carta de Nairóbi (UNESCO, 1976) aborda a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua ambiência³ de modo que sejam considerados como um todo, assim como trata da percepção visual e sua relação com os monumentos.

Nas condições da urbanização moderna, que produz um aumento considerável na escala e na densidade das construções, ao perigo da destruição direta dos conjuntos históricos ou tradicionais se agrega ao perigo real de que os novos conjuntos destruam indiretamente a ambiência e o caráter dos conjuntos históricos adjacentes. Os arquitetos e urbanistas deveriam empenhar-se para que a visão dos monumentos e conjuntos históricos, ou a visão que a partir deles se obtém, não se deteriore e para que esses conjuntos se integrem harmoniosamente na vida contemporânea. (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976, p. 4).

A Carta de Burra (ICOMOS, 1980) apresenta o elo entre os aspectos sociais e culturais quanto à conservação do patrimônio e de forma objetiva aponta definições dos conceitos de conservação, restauração e manutenção de um bem e seu entorno.

A Carta de Washington (ICOMOS, 1986) desenvolveu-se com base na Carta de Veneza, a fim de definir princípios, objetivos, métodos e instrumentos que possibilitem a salvaguarda da qualidade das cidades históricas que contenham bens de interesse comum. Assim, como mais uma vez aborda aspectos que possam comprometer a veracidade da cidade histórica.

³ Entende-se por ambiência o quadro natural ou construído que influencia ou vincula-se no espaço, ou ligação social, cultural, na apreensão visual dos conjuntos históricos. (CARTA DE NAIRÓBI, 1976).

A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo a todos os níveis. Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem, em especial:

- a) A forma urbana definida pela malha urbana;
- b) As relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;
- c) **A forma e os aspectos dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;**
- d) As relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
- e) As vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história;
- f) **Qualquer ataque a estes valores comprometeria a autenticidade da cidade histórica.** (CARTA DE WASHINGTON, 1986, p. 2, grifo da autora).

A Declaração de Amsterdã (CONSELHO DA EUROPA, 1975) reafirma o que compreende patrimônio, sendo esse não somente o monumento isolado e sim os conjuntos urbanos, a importância do entorno, entre outros que apresentem significância histórica ou cultural, além de defender a participação de todas as esferas públicas nas decisões de planejamento.

A Declaração de XI'AN (ICOMOS, 2005), documento sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio Cultural reforça a importância e contribuição do entorno e sua significância.

No Brasil, em 1937, regulamentado pelo Decreto lei nº 25⁴, criou-se o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) atualmente intitulado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o propósito de promover o tombamento, a conservação, o conhecimento e o enriquecimento do patrimônio cultural brasileiro (REZENDE; GRIECO, *et al.*, 2015), abrangendo o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país que fossem de interesse público relacionado a fatores históricos do Brasil ou por valores arqueológicos, etnográficos, bibliográficos ou artísticos. Além de adotar o instrumento de tombamento assim como a inclusão dos monumentos naturais, sítios e paisagens estão sujeitos ao tombamento.

A Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural brasileiro redefinindo o que abrange patrimônio para

⁴ Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, que carreguem a identidade, a memória de diversos grupos sociais, ampliando as formas de expressão, sendo os modos de criar, fazer, viver, obras, conjuntos urbanos, manifestações artísticas, arqueológicas, ecológicas, entre outras, inclusive a paisagem (IPHAN, 2017).

Considerando os aspectos teóricos e as cartas patrimoniais abordadas, conclui-se que o conceito de patrimônio, bem como a introdução da paisagem nesse conceito, foi desenvolvido e ampliado de modo progressivo. Tais conceitos foram fundamental para a inserção do termo paisagem cultural quando, em 1992, a UNESCO instituiu este termo como subcategoria do Patrimônio Histórico Cultural, classificando a paisagem como bem de valor patrimonial.

Em 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa recomendou através da Recomendação Europa (CONSELHO DA EUROPA, 1995) à inclusão do termo paisagem cultural nas políticas de preservação do patrimônio. No ano 2000, a Convenção Europeia da Paisagem, introduz um conjunto de regras visando à proteção, gerenciamento e o planejamento das paisagens.

Portanto, sob essa perspectiva, a paisagem revela muitas histórias, sendo assim, “a transformação da paisagem é a própria história de seu uso, a conferir-lhe identidade e significado” (LEITE, 2011, p. 75). Assim, manifesta-se um novo termo “Paisagens Urbanas Históricas”, não sendo oficialmente uma subcategoria, porém surgindo com o intuito de complementar o conceito de paisagem cultural, compreender o contexto mais vasto, os valores e aspectos dos elementos arquitetônicos da estrutura urbana.

Portanto, conclui-se que paisagem faz parte do patrimônio natural e cultural, sendo representado pelas características material e imaterial (SILVA, 2017).

2.3 A paisagem urbana histórica

Os conceitos de patrimônio histórico, paisagem cultural e paisagem urbana histórica aparecem a partir de debates internacionais e são introduzidos em documentos que servem de referência para os temas relacionados à preservação no seu sentido mais amplo. Percebe-se que desde 1962 a 1995 o termo paisagem é representado por expressões como “entorno”, “ambiência”, “circunvizinhança”, “vizinhança” ou “arredores” (SA CARNEIRO e SILVA, 2012, p. 293). Como produto

da paisagem cultural, a paisagem urbana “significa a paisagem das cidades, corresponde à porção do território ocupada formalmente pelas instalações urbanas, Ruas, quadras, casario, fábricas e espaços livres, tanto privados como públicos, praças, parques, etc.” (MACEDO, 2012, p. 54). Portanto, através da paisagem urbana podem-se reconhecer as inter-relações que compõem o lugar e compreender o mesmo, sua morfologia, o processo de construção e transformação deste lugar (ver figuras Figura 2Figura 3).

Figura 3: Paisagem urbana vista aérea.



Fonte: Wikipedia. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Vista_\(Recife\)#mediaFileBairro_da_Boa_Vista_-_Recife_-_Pernambuco_-_Brasil.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Vista_(Recife)#mediaFileBairro_da_Boa_Vista_-_Recife_-_Pernambuco_-_Brasil.jpg)> Acesso em: 10.03.2018.

Figura 2: Paisagem urbana vista do observador.



Fonte: Autora, 2014.

Toda paisagem é estruturada por um conjunto de elementos, como morfologias urbanas, construções arquitetônicas e pelos processos de construção e transformação de um bairro, cidade em um período de tempo. (MACEDO, 2012) Isto é, esses conjuntos de elementos associados a um significado cultural estão vinculados à paisagem urbana histórica, que se transformam de forma especial dentro do contexto urbano em que estão inseridos.

O Memorando de Viena (2005) trata exclusivamente sobre paisagem urbana histórica. Foi elaborado em meio a debates sobre a construção de edifícios verticais em centros históricos como, por exemplo, Wien-Mitte em Viena, Pequim, Katmandu, Colônia, Ávila e Guatemala (SA CARNEIRO e SILVA, 2012). De forma que enfoca o impacto do desenvolvimento contemporâneo na paisagem urbana com significado patrimonial, assim o documento trata noção de paisagem urbana histórica vai além de sítios e conjuntos urbanos, de modo a inserir uma integridade paisagística

baseada no tecido histórico, edificações existentes e contexto territorial (MEMORANDO DE VIENA, 2005).

Assim, fundamentada e complementando os documentos anteriores sobre conjuntos históricos, o Memorando de Viena (2005) foi elaborado como instrumento para interligar arquitetura contemporânea, desenvolvimento sustentável e integridade da paisagem (SA CARNEIRO e SILVA, 2012).

A paisagem urbana histórica refere-se a conjuntos urbanos de qualquer grupo de edificações, estruturas e espaços livres, entre outros presentes ao longo do desenvolvimento urbano em um determinado recorte temporal e que seus valores sejam reconhecidos por diversas áreas do conhecimento. É composta por elementos que a definem, entre uso do solo, organização espacial, relações visuais, topografia, vegetação, técnicas construtivas, detalhes construtivos, etc., (Ver figuras 4, 5, 6 e 7) (SA CARNEIRO e SILVA, 2012).

Figura 4: Paisagem urbana histórica de Honfleur.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2013.

Figura 5: Paisagem urbana histórica do Porto.



Fonte: UNESCO. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/documents/113214>> Acesso em 11.03.2018.

Figura 6: Paisagem urbana histórica de Guimarães.



Fonte: UNESCO. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/documents/114391>> Acesso em: 11.03.2018.

Figura 7: Paisagem urbana histórica de Edimburgo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2011.

Observa-se que as Recomendações da paisagem Urbana histórica elaborada pela UNESCO (2011) definem como tal a área urbana que é assimilada como produto dos segmentos da história, dos valores e atributos culturais, naturais que se desenvolvem além de centros históricos para incluir elementos como topografia local, padrões de uso do solo, práticas e valores sociais e culturais, entre outros, a fim de ampliar o contexto urbano. De forma que essa abordagem reconhece a dinâmica das cidades, considerando que o desenvolvimento acelerado é um fator transformador das áreas urbanas e sua paisagem. Ele ainda traz considerações sobre a integração do planejamento urbano entre todos os níveis de gestão a fim de encontrar equilíbrio entre conservação e sustentabilidade no tecido urbano.

2.4 A importância da preservação da paisagem urbana histórica

Diante do contemporâneo cenário arquitetônico e urbanístico, é importante promover a proteção e conservação da paisagem urbana histórica, com o propósito de garantir a compreensão da memória coletiva, mediante as formas de expressão que ela apresenta.

Para Lemos (1981, p. 29), “preservar é manter vivo mesmo que uso e funções alterados, sítios, cidades, bairros, quarteirões significativos dentro do contexto urbano”.

Assim, ainda cabe enfatizar que, segundo Hartog (2006) citado por Rolim (2013), a crescente preocupação com a preservação do patrimônio iniciou-se na década de 60, no período em que a atenção está na busca pelas raízes e pela memória. Assim, Hartog (2006) resume brevemente o século XX, onde seu início vivia a obsessão pelo futuro e chega a seu final com um caráter de preocupação em guardar e preservar.

Em meados da década de 70, foi introduzido o termo patrimônio ambiental urbano que trata da preservação dos bens culturais ligados aos centros urbanos, englobando de que maneira a cidade pode ser um bem cultural (LEMOS, 1981)

Lemos (1981) sugere inicialmente alguns parâmetros que devem ser identificados sendo estes os tipos de relações existentes entre o traçado urbano e o sítio original. Assim, após o reconhecimento da malha urbana original, Ruas, praças, deve-se encontrar as edificações e então analisar as relações socioespaciais

primitivas ali presentes. Concorde-se com o autor, quando considera serem essas relações a definir o que será preservado em conjunto, podendo ali reconhecer uma identidade cultural.

O que Lemos (1981) chama de visuais cênicas, pressupõe tratar da preservação da paisagem urbana histórica, de modo que são capazes de revelar relações espaciais e soluções de uma arquitetura por vezes uniforme e resultante de uma mesma técnica construtiva que contribuem para a leitura da cidade.

Consolidando essa ideia, Rolnik (2012), compreende que as construções arquitetônicas e toda a estrutura urbana apresentam experiências e histórias de gerações passadas e, por isso mesmo, “pode ser lida e decifrado, como se lê e decifra um texto”.

O desenho das Ruas e das casas, das praças e dos tempos, além de conter experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto habitat permanente **pode ser lida e decifrado, como se lê e decifra um texto.** (ROLNIK, 2012, p. 18, grifo da autora)

A autenticidade, a integridade e a significância cultural têm um papel importante na conservação de bens culturais, não só por se tratar de critérios ou exigências da UNESCO, mas porque são estes itens que compõem uma rede de relações a partir das quais se constroem o juízo de valor.

A UNESCO reconhece um bem cultural como patrimônio mundial levando em consideração 3 condições: possua valor universal excepcional e que tenha conservado sua autenticidade e integridade. (RIBEIRO e LIRA, 2012)

Os critérios para considerar um bem como valor universal excepcional são definidos pelo Guia Operacional do Patrimônio Mundial (2005), sendo esses:

- i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou,
- ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos, durante um determinado período, ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do paisagismo, ou,
- iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou,
- iv. **ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou,**
- v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou,

vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional. (RIBEIRO e LIRA, 2012, p. 33, grifo da autora).

Tratando-se de autenticidade refere-se ao que seja autêntico, verdadeiro, legítimo, genuíno. Surgiu desde a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) como característica para o bem patrimonial continuar transmitindo seus valores. Os critérios para sua avaliação são: o desenho, os materiais, as técnicas construtivas, o entorno, o uso e função, espírito⁵ e sentimento, entre outros fatores internos e externos. (RIBEIRO e LIRA, 2012)

Ainda sobre autenticidade, foram elaborados documentos produzidos por países com base em suas culturas peculiares regionais. Dentre as quais, vale citar a Carta de Brasília (1995) elaborada pelos representantes do Cone Sul⁶.

A Carta leva em consideração para averiguar a autenticidade de um bem, a identidade das culturas locais; a mensagem que o objeto material é capaz de transmitir a partir de seu significado; o contexto, ou seja, o equilíbrio entre a materialização e seu entorno, seja na paisagem urbana ou rural; a materialidade, a arquitetura vernácula e tradicional expressa em técnicas e uso de matérias tradicionais que resulta numa obra autêntica.

Sobre noção de integridade, é uma característica do que está inteiro, de forma que para avaliar as condições de integridade é necessário observar:

- a) Incluir todos os elementos necessários para expressar o seu valor universal excepcional;
- b) Seja de dimensão adequada para assegurar a completa representação das características e processos que atribuíram a esse bem significado;
- c) tenha sofrido efeitos adversos do desenvolvimento e/ou por negligência. (RIBEIRO e LIRA, 2012, p. 37)

O termo significação cultural foi apresentada inicialmente pela Carta de Burra (ICOMOS, 1980) definindo o termo como: “designa o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.” (CARTA DE BURRA, 1980, p. 1).

Zancheti; Hidaka, *et al.* (2008) definiu como significação cultural o seguinte:

⁵ A Declaração de Quebec (2008) trata sobre a preservação do “Spiritu loci” assumindo um papel que ressalta o caráter do monumento, sítios e paisagens culturais.

⁶ Países representantes do Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

O conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. (RIBEIRO e LIRA, 2012, p. 39)

Assim, os valores e significados atribuídos a um bem serão múltiplos devido a sofrer influências das crenças e juízos de valor que são criados/construídos por cada indivíduo grupo social ou sociedade.

A paisagem urbana histórica contém significação universal a partir da evolução gradual em um período de tempo através da urbanização. Como tal, sua preservação e conservação referem-se aos monumentos individuais, conjuntos e suas ligações físicas, funcionais e visuais, materiais e relacionadas à tipologia e morfologia histórica. As construções contemporâneas inseridas nessa paisagem necessitam de análises do contexto espacial entre o antigo e o novo, de forma que respeite a integridade e autenticidade da malha urbana histórica. (SA CARNEIRO e SILVA, 2012)

Nesse contexto, atribui-se ao conceito de paisagem várias dimensões e possibilidades de interpretação. Com base na descrição feita por Leite (1992) citada por Schlee; Nunes, *et al.* (2009, p. 232) essas dimensões podem ser subdivididas em duas vertentes à sua significação física e simbólica: a primeira vertente abrange a dimensão morfológica, no sentido de que a paisagem é interpretada como um conjunto de configurações formais vindas da natureza e da ação do homem; e a dimensão funcional referente à sua sistematização. A segunda vertente aborda dimensão histórica, dado que ocorrem transformações ao longo do tempo; e a dimensão simbólica uma vez que a paisagem traduz valores, crenças, etc. Portanto, a paisagem pode ser entendida como imagem e história de um determinado local e apresentar valores culturais de um povo.

O conceito de valor possui vários significados, e seu entendimento varia “de pessoa a pessoa, de grupo social a grupo social, de sociedade a sociedade” (LACERDA, 2012, p. 44).

Para Choay (2001), inicialmente são atribuídos 4 valores aos monumentos históricos: o valor nacional; o valor cognitivo (quanto de conhecimento aquele monumento pode transferir); valor econômico (âmbito turístico); e o valor artístico. Conjuntamente ou isolado, depende do peso que damos ao valor.

Lacerda (2012) refere-se a bens patrimoniais heranças de gerações passadas, podendo ter vários tipos de valores: antiguidade, histórico, artístico, cultural, cognitivo, econômico, opção e existência. Expondo também a dificuldade de conciliar todos os valores de um bem.

Ainda de acordo com Lacerda (2012), o bem patrimonial carrega o valor histórico enquanto testemunho de uma época, assim, remete ao valor cultural, pois o modo de vida, hábitos de uma sociedade pode ser reconhecida pelas artes, costumes, sua religião, etc. Dessa forma, a cidade possui parte significativa quando o patrimônio encontra-se na condição de herança e memória social, de modo que cada sociedade em cada época atribui o valor simbólico.

Considerar o bem patrimonial repleto de valor histórico, artístico, cultural e simbólico significa reconhecê-lo como fonte de conhecimento de sua memória.

Para Lemos (1981), o valor está representado no conjunto, não no objeto isolado, pois nem sempre o objeto isolado representa a memória coletiva. Ainda segundo o autor, para garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo do que abrange patrimônio cultural. “[...] se um deles não é guardado o conjunto se desarmoniza e se desequilibra o que no fundo não é bem o que queria, pois o escopo seria um fiel retrato de um estágio cultural” (LEMOS, 1981, p. 25).

Uma vez que a paisagem e o patrimônio cultural ajudam na constituição das identidades, na identificação de um sentimento de pertença e na construção de conhecimento, podem ser considerados importantes como base de memória para o indivíduo, grupos sociais e para sociedade.

3 A VERTICALIZAÇÃO NA PAISAGEM

Segundo Macedo (2012), verticalizar significa dizer a criação de novos pisos sobre o qual andamos, uns sobre os outros, possibilitando o abrigo com o maior número de pessoas do que seria possível em edificações horizontais, assim valorizando e revalorizando as áreas urbanas pelo aumento de seu potencial construtivo. Ainda segundo o autor, há duas formas de verticalização: aquelas que se dão em áreas já consolidadas e aquelas onde só há distribuição das Ruas de um loteamento ou bairro permitindo o planejamento prévio.

O processo de verticalização em função do uso se dá de três formas: residencial, comercial e a mista (residencial e comercial), sendo esta última a mais comum na maioria das cidades no início do processo.

Para melhor entendimento do processo de verticalização foi necessário elaborar uma síntese dos acontecimentos relativos aos momentos iniciais desse processo. Nesse sentido, inicialmente registrou-se considerações sobre o contexto histórico e princípios que nortearam as produções urbano-arquitetônicas no plano internacional e que influenciaram as configurações das cidades, até alcançar a cidade do Recife.

Na arquitetura até o século XIX, as construções verticais eram restritas aos templos, a fim de mostrar a monumentalidade, a imponência e o poder que as edificações religiosas tinham sobre a sociedade daquela época.

A Europa século XVIII encontrava-se em meio a lutas contra a monarquia, a mudanças sociais, políticas e culturais, diante de avanços significativos em diversos campos de conhecimento. Assim, iniciava-se a revolução industrial apresentando nova organização social, novos meios de comunicação e transportes e novas estruturas e materiais. O desenvolvimento de novos materiais e métodos construtivos permitiu novas soluções, novas formas arquitetônicas e novos padrões urbanos.

No século XIX, o progresso era uma ferramenta ideológica, as correntes de pensamento arquitetônico estavam preocupadas com a possibilidade de se criar novas formas que não fossem releituras de estilos passados, mas expressões genuínas do presente. O grande avanço das indústrias demandou novos estilos arquitetônicos, substituição de materiais, modificações no meio ambiente existente envolvendo novas estruturas de serviços. Deste modo, a produção industrial se

moveu para a cidade e ampliou a dependência do campo e os fenômenos migratórios.

O advento dessas inovações tecnológicas e produtivas ocasionou o aumento da população nos centros urbanos devido à procura de melhores padrões de vida na época, assim aconteceu em cidades como Londres, Paris, Nova York e Chicago, resultando na transformação de velhos bairros em áreas carentes com construções de baixo custo e de cortiços a fim de proporcionar o máximo de quantidade de pessoas dentro dos centros urbanos. Naturalmente, essas construções tinham condições inadequadas de luz e ventilação e péssimas instalações sanitárias, o que levou a um acúmulo de lixo provocando alto índice de doenças. Essas epidemias trouxeram as reformas sanitárias, conseqüentemente as reformas urbanas, tanto na Europa como em diversas partes do mundo, como foi o caso de algumas cidades brasileiras (FRAMPTON, 2008).

Os Estados Unidos da América, no final do século XIX, firmou uma liderança internacional a partir de um novo estilo. Em Nova York, o ápice da verticalização foi entre o final do século XIX e início do século XX. No ano de 1875, em Nova York, o Tribune Building (ver figura 8), de Hunt, alcançou quase 80 metros de altura e em 1890 o Pulitzer World Building (ver figura 8), de Past, chegava a mais de 110 metros de altura (PEVSNER, 2001). E em 1931 o ícone Empire State Building com 102 andares e 381 metros de altura (ver figura 9) (ALVIM e RAPOSO, 2013).

Figura 8: Pulitzer World Building e Tribune Building, respectivamente.



Fonte: Ephemeral New York. Disponível em <<https://ephemeralnewyork.files.wordpress.com/2010/11/cityhallparkpostcard.jpg>> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 9: Empire State Building.



Fonte: Energy Institute. Disponível em <<https://energyathaas.files.wordpress.com/2013/09/esb.jpg>> Acesso em: 04.04.2018.

Preocupados em satisfazer as exigências imediatas, Chicago em pleno desenvolvimento no processo de reconstrução da cidade diante do incêndio que a atingiu em 1871, adotou a verticalização que disseminava em Nova York e fez dele o padrão de suas novas construções (PEVSNER, 2001).

Assim, houve um crescimento vertical na cidade de Chicago. Um dos disseminadores dessa verticalização associada à estrutura de grandes alturas relacionada à utilização de todas as inovações tecnológicas da época como, por exemplo, o uso do aço à prova de fogo no sistema estrutural, foi Louis Sullivan (FRAMPTON, 2008).

Isto posto, ocorreu a influência da escola de Chicago acerca da construção dos primeiros edifícios comerciais e posteriormente residenciais ou mistos. Entre os mestres, os exemplos mais claros de continuidade desse método encontram-se Frank Lloyd Wright e Mies Van Der Rohe introduzindo correntes de tendências internacionais que parte das vanguardas europeias no início do século e se expande ao longo do século XX (MONTANER, 2012). Pressupondo o movimento moderno, onde os modernistas declaram seus princípios no progresso, na produção industrial e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, incluindo modificações nos programas arquitetônicos desse período que para isso a arquitetura utiliza a verdade estrutural, dos materiais, edificações com vãos livres, pano de vidro em fachadas, laje plana e edifícios isolados predominando na paisagem (ver figura 10) (CAVALCANTI, 2016).

No contexto que abrange cidades, repercutiram discussões sobre planos urbanísticos para as metrópoles⁷ que deveriam possuir capacidade de suportar o crescente adensamento populacional por meio de construções de grandes estruturas e edifícios verticais associados a soluções de mobilidade, valorizando a construção de vias de conexão e solucionar os problemas de congestionamento no trânsito (CAVALCANTI, 2016).

Figura 10: Mies Van Der Rohe, Lake Shore Drive, Chicago, 1951.



Fonte: Metropolis Magazine disponível em <<http://www.metropolismag.com/architecture/residential-architecture/condo-housing-model-every-american-can-love/>> Acesso em: 04.04.2018.

⁷ Cidade principal ou capital de um determinado país ou província, ou ainda, alguma cidade que, por algum motivo, exerce influência (cultural, social, econômica) sobre as demais cidades de uma região.

É nesse cenário mundial que as cidades brasileiras tiveram que se inserir. Ainda segundo Cavalcanti (2016), o Brasil passava por um processo de industrialização e urbanização acelerado, com problemas sociais e o cenário político instável.

No Brasil, a verticalização manifestou-se inicialmente em São Paulo por meio de incentivo privado e no Rio de Janeiro por meio de ação do governo. Dentre os primeiros edifícios construídos encontra-se o edifício Martinelli (ver figura 11), construído em 1929 com 30 andares, e, em 1947, o edifício Altino Arantes (ver figura 13), conhecido como o prédio da Bovespa, inspirado no Empire State, representando a paisagem urbana de Nova York como modelo para as metrópoles brasileiras. Assim como o edifício Copan (ver figura 12) entre as décadas de 1950 e 1980, projetado por Niemeyer, com 115 metros de altura, 35 andares, sendo três desses comerciais, conhecido por ter a maior estrutura de concreto armado do Brasil. Próximo a este último, encontra-se o edifício Itália (ver figura 12) com 44 pavimentos, 163 metros de altura, sendo um anúncio das torres. No centro do Rio de Janeiro, capital do país e cidade turística, até então a verticalização da área central se deu por meio de hotéis com estética inspirada nos modelos parisienses. Em 1975, o edifício Santos Dumont com 45 andares e 141 metros de altura predominou na paisagem do Rio de Janeiro dando início a construção de arranha-céus (ALVIM e RAPOSO, 2013).

Figura 13: Edifício Martinelli em construção, anos 1920.



Fonte: Acervo Estadão. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-o-edificio-martinelli,9083,0.htm>> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 12: Edifícios Itália e Copan, respectivamente.



Fonte: Pinterest. Disponível em <<https://br.pinterest.com/pin/545498573597314996/>> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 11: Edifício Altino Arantes, conhecido como prédio da Bovespa.



Fonte: Pinterest. Disponível em <<https://www.pinterest.dk/pin/455004368587473977/>> Acesso em: 04.04.2018.

Portanto, deu-se continuidade a construção dessa tipologia arquitetônica, edifícios de escritórios ou de apartamentos nas áreas centrais, trazendo posteriormente fachadas com muito vidro, aço e alumínio (ALVIM e RAPOSO, 2013).

As cidades brasileiras se inspiraram nos *boulevards*⁸ parisienses. Paris era a referência maior quanto a ordenamento, modernidade e embelezamento urbano, a exemplo da Avenida Rio Branco (ver figura 14), no Rio de Janeiro, aberta pelo Prefeito Pereira Passos entre 1904 e 1905, e a Avenida homônima em São Paulo, aberta em 1913, sendo lentamente verticalizada aos modelos estilísticos parisienses, prédios de sete a dez pavimentos. Da mesma forma aconteceu no bairro do Recife (ver figura 15), pela remodelação de grande parte de sua malha urbana, como a abertura das atuais Avenidas Marquês de Olinda e Rio Branco (MARINS, 2013). Assim repercutiu as transformações urbanas e de expansão dos novos padrões urbano-arquitetônicos nas cidades brasileiras. Nos casos mencionados, a verticalização se deu de modo relativamente contido, existente nos sobrados em estilo eclético com pouco mais de vinte metros de gabarito.

Figura 14: Centro do Rio de Janeiro, no início do século XX.



Fonte: Globo. Disponível em <<http://educacao.globo.com/artigo/reforma-urbanistica-de-pereira-passos-o-rio-com-cara-de-paris.html>> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 15: Vista da Avenida Marquês de Olinda, bairro do Recife, anos 1920.



Fonte: Pickluck. Disponível em: <http://www.picluck.net/media/137507688702566878_2_1904906654> Acesso em: 04.04.2018.

⁸ São vias de trânsito, geralmente largas com várias pistas de rolamento e uma preocupação paisagística, bastante comum em Paris.

Em 1930, é construído o primeiro edifício vertical da cidade do Recife, no bairro da Boa Vista, o Hotel Central (ver figura 16), com 8 pavimentos, quase 2.000 metros quadrados de construção, foi um dos primeiros a dispor de elevadores. Com estilo Neoclássico, considerado o mais alto e luxuoso prédio da época (NASLAVSKY, 2013). Oferecia telefone e água quente para os hóspedes, barbearia, salão de beleza, bar e restaurante. Por sua vez, merece destaque também o Arranha-céu da Pracinha (ver figura 17), com 7 pavimentos, também era novidade na época. Localizado na Praça da Independência inicialmente ocupado com salas comerciais e consultórios médicos (ALVES, 2018).

Figura 16: Hotel Central, bairro da Boa Vista.



Fonte: Antes que Suma. Disponível em <<https://antesquesuma.com.br/historia-viva/hotel-central-recife-manoel-borba/>> Acesso em: 10.04.2018.

Figura 17: Arranha-céu da Pracinha com letreiro da Prada, Praça da Independência.



Fonte: Fotolog. Disponível em <<http://www.fotolog.com/tc2/14527824/>> Acesso em: 10.04.2018.

No Recife, a reforma urbana no bairro de Santo Antônio, o alargamento e abertura de novas Ruas, a demolição de vários casarios, arcos⁹, a Igreja de Corpo Santo entre outros elementos característicos da cidade antiga, constituem um marco para a verticalização na cidade do Recife. Junto com a reforma veio o plano de saneamento e ambos representaram o rumo da modernidade. Incentivado por motivos semelhantes a outras cidades, o adensamento populacional no centro

⁹Antigos arcos que ficavam na cabeceira de algumas pontes do Recife.

urbano, especificamente nos bairros de São José e Santo Antônio, o êxodo rural devido às constantes secas, o congestionamento no centro, entre outros, sucedeu a reforma urbana (NASLAVSKY, 2013).

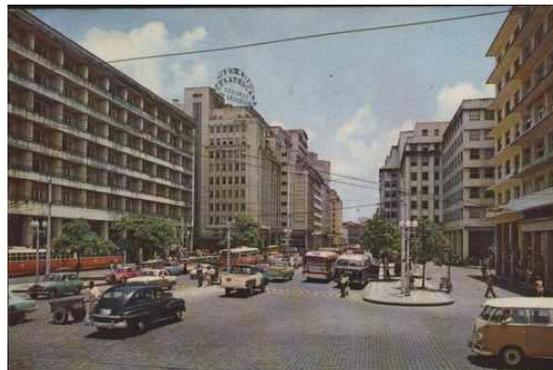
Devido a esses fenômenos, a partir de 1927 houve debates, polêmicas e propostas de remodelação para o bairro de Santo Antônio, tal como contribuições de engenheiros e urbanistas¹⁰, até que em 1938 foi apresentado por uma nova comissão, um projeto baseado nas ideias de Nestor de Figueiredo e a obra de abertura da Avenida Dez de Novembro, atual Avenida Guararapes (ver figuras 18 e 19) e a Praça da Independência, tendo início e fim no mesmo ano (NASLAVSKY, 2013).

Figura 18: Vista panorâmica da Avenida Guararapes, anos 1956.



Fonte: Socimage. Disponível em <http://www.socimage.net/media/1057503904504864514_1904906654> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 19: Vista da Avenida Guararapes, anos 1960.



Fonte: Fotolog. Disponível em <http://www.fotolog.com/tc2/37646013/#profile_start> Acesso em: 04.04.2018.

O bairro aderiu um perfil mais comercial devido ao uso das edificações: escritórios, bancos, correios, cinema, entre outros. Projetada até a futura Avenida Conde da Boa Vista, tem uma extensão de 400 metros por 30 metros de largura em sua parte mais estreita e 50 metros em sua parte mais larga, com reordenamento de lotes, mais largos, e gabarito permitido de 7 pavimentos. Tais características favoreceram a verticalização, com adoção do estilo Art Dèco, galerias com pilotis para passagem de pedestres, etc. (NASLAVSKY, 2013).

¹⁰ Nomes importantes da época como os engenheiros Domingos Ferreira e José Estelita, urbanistas como Donat Alfred Agache, Nestor de Figueiredo, Atilio Corrêa Lima, entre outros.

Nesse contexto, dentre os primeiros edifícios que foram construídos está o Sulamérica Capitalização (1941) (ver figura 20), O edifício da Caixa Econômica Federal (1942) e o edifício Seguradora (1943) (ver figura 20). Mas do conjunto merece destaque também o edifício Trianon (1941) (ver figura 21), o edifício Sertã (1942) e o Cine Art Palacio (1937), o edifício Almare e Almare Anexo, além do significativo edifício dos Correios e Telégrafos (NASLAVSKY, 2013).

Figura 20: Edifícios Sul America e Seguradora, Avenida Guararapes, anos 1940.



Fonte: Socimage. Disponível em <http://www.socimage.net/media/1069346791550999566_1904906654> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 21: Vista para Avenida Guararapes, a direita, encontra-se o edifício Trianon, anos 1940.

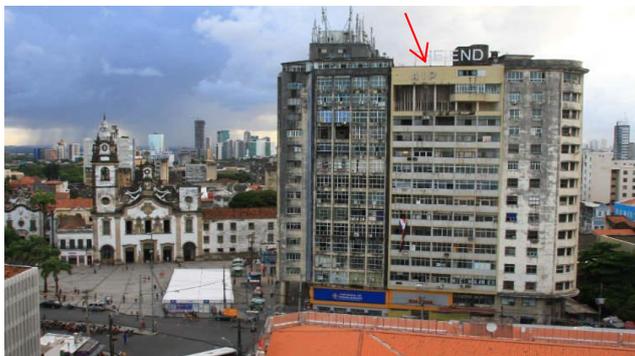


Fonte: Fotolog. Disponível em <http://www.fotolog.com/tc2/27183212/#profile_station> Acesso em: 04.04.2018.

Dando continuidade às reformas urbanas, as transformações do tecido urbano seguiam para o bairro de São José, com a abertura da Avenida Dantas Barreto na década de 1930, cujas obras permaneceram paralisadas entre as décadas de 1950 e 1960. Ainda nesse período, uma onda de verticalização introduziu-se na Avenida Dantas Barreto com edificações de 15 a 18 pavimentos e a partir de 1953, houve um aumento significativo de edificações com mais de 8 pavimentos (NASLAVSKY, 2013).

Nesse contexto, encontram-se os edifícios Inalmar de Georges Munier; o edifício Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP) (1959) (ver figura 22) com 15 pavimentos, de Delfim Amorim; o edifício Brasilair (1954) (ver figura 23) com 18 pavimentos, de Paulo Antunes Ribeiro; o edifício Banco da Lavoura de Minas Gerais (1958), de Alvaro Vital Brazil (NASLAVSKY, 2013).

Figura 22: Vista do edifício AIP, ao fundo a Igreja e Basílica do Carmo.



Fonte: NE10. Disponível em http://imagens3.ne10.uol.com.br/blogsiconline/pinga_fogo/2016/11/Edif%C3%ADcio-AIP-Foto-Alexandre-Gondim-JC-Imagem-III.jpg Acesso em: 04.04.2018.

Figura 23: Edifício Brasilar, Praça da Independência, anos 1960.



Fonte: Fotolog. Disponível em http://www.fotolog.com/tc2/2284_8178/#profile_start Acesso em: 04.04.2018.

Percebe-se, portanto, que o melhoramento dessas áreas centrais favoreceu o crescimento das mesmas, como aconteceu com a inserção do parque 13 de Maio, a construção da Ponte Duarte Coelho, o alargamento da Rua da Aurora, a substituição da energia à gás pela elétrica, a pavimentação de algumas Ruas, etc. Onde influenciaram na expansão urbana para áreas periféricas, como a ocupação do bairro da Boa Vista, conseqüentemente a verticalização do mesmo. Assim, foi construído o edifício Duarte Coelho (1946) (ver figura 24), que abriga no andar térreo o famoso cinema São Luís, também nesse contexto o edifício Capibaribe (ver figuras 26 e 27) na década de 1950 e o edifício Caetés (1954) (ver figura 25) ambos na Rua da Aurora e o edifício União (1953) próximo ao Parque 13 de Maio (NASLAVSKY, 2013).

Prosseguindo a expansão da cidade, o surgimento de novos bairros como Derby, Madalena, inclusive o crescimento ao longo da faixa litorânea, desenvolvendo bairros como Boa Viagem, Piedade, Candeias, em Jabotão dos Guararapes, e a orla de Olinda, todos com tendência à verticalização com características arquitetônicas voltadas para a classe média ou superior. Esse processo é intensificado na década de 1990, favorecendo o surgimento de torres de 20 a 30 pavimentos até os dias atuais (NASLAVSKY, 2013).

Figura 24: Vista para o edifício Duarte Coelho.



Fonte: Wikimapia. Disponível em <<http://wikimapia.org/508108/pt/Edif%C3%ADcio-Duarte-Coelho#/photo/2283695>> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 25: Edifício Caetés e o prédio da Assembleia Legislativa do Recife.



Fonte: Sky Scrapper City. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=130848550>> Acesso em: 04.04.2018.

Figura 26: Edifício Capibaribe, Rua da Aurora, anos 1950.



Fonte: NASLAVSKY, 2013.

Figura 27: Vista do Ginásio Pernambucano e o edifício Capibaribe.



Fonte: Pinterest. Disponível em <<https://br.pinterest.com/pin/566186984377230094/>> Acesso em: 10.04.2018.

3.1 A verticalização em sítios históricos

Em meio a esse contexto, os grandes centros urbanos estão ligados à noção de globalização¹¹ e cidade global¹². A partir da globalização, a cidade passou a ser modelada conforme tal sistema, disposta para o consumo e circulação de mercadorias, estabelecendo relações capitalistas de produção e consumo entre o mercado nacional e internacional (CAVALCANTI, 2016).

A competitividade econômica para atrair um fluxo internacional de capital e empresas nas metrópoles levou a construção de grandes edificações que abrigam as sedes de grandes instituições, e assim, afirmar-se como uma cidade globalizada.

Pode-se dizer que é através da arquitetura que se constrói tal imagem. Sob essa perspectiva, Londres é uma das cidades que recebeu uma série de edificações com a intenção de reforçar sua imagem de potência mundial, sediando diversos tipos de instituições importantes (CORREA e CALLIARI, 2015).

Diante desse novo cenário que se impôs paralelamente ao desafio de conciliar esses novos hábitos (soluções habitacionais, tipologias arquitetônicas, mobilidade, entre outros) da sociedade moderna à ocupação territorial, significa dizer que a velocidade que ocorreu às transformações da cidade contemporânea gerou áreas de segregação de interesses dentro da cidade, resultando em um crescimento urbano desordenado (CORREA e CALLIARI, 2015).

Frente a essas transformações percebe-se a inserção da verticalização em cenários alternativos, como próximos a monumentos e em sítios históricos. A preocupação com o patrimônio não significa oposição à verticalização, ao contrário, há exemplos de intervenções urbanas que deixam clara a relação entre preservação e desenvolvimento das cidades (CORREA e CALLIARI, 2015).

Na Europa, esse processo de adequação às necessidades do capitalismo moderno começou nos anos 70 com a permissão para verticalizar algumas áreas. Cada cidade aderiu a uma estratégia: Paris criou a zona La Défense (ver figura 28), Londres e Rotterdam criaram as Docklands (ver figura 29) e Kop Van Zuid (ver figura 30), respectivamente (CORREA e CALLIARI, 2015).

¹¹ Modelo econômico capitalista que estabelece integração entre diversos países.

¹² Grande centro bancário, comercial, financeiro, político e industrial que possui grande influência a nível regional, nacional e internacional.

Figura 30: Paris em primeiro plano e La Défense em segundo.



Fonte: Conexão Paris. Disponível em <<https://www.conexaoparis.com.br/2015/09/09/o-que-e-o-la-defense/>> Acesso em: 08.04.2018.

Figura 29: Docklands em Londres.



Fonte: Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.040/3159>> Acesso em: 08.04.2018.

Figura 28: Kop Van Zuid em Rotterdam.



Fonte: Wikimapia. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Kop_van_Zuid#/media/File:Rotterdam-Kop_van_Zuid,_World_Portcenter,_Montevideo_en_hotel_New_York_foto12_2011-01-09_14.12.JPG> Acesso em: 08.04.2018.

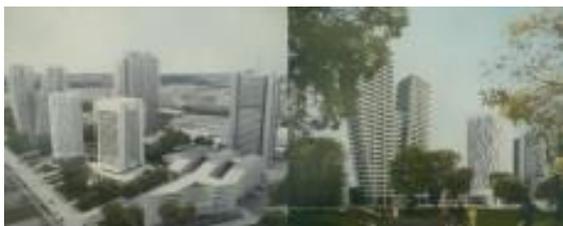
A construção de um juízo de valores quanto aos modos de vida, técnicas construtivas de uma cultura e uma sociedade narram às relações que as mesmas estabeleceram com e no território. Definir o que é mais e menos importante na compreensão do conjunto da paisagem nos processos de delimitações dos sítios históricos é próprio e característico, por isso, nem sempre as zonas históricas protegidas conseguem considerar a paisagem, porque para além do limite protegido, perdem-se os valores. Quando na verdade há vínculos no entorno necessários para a compreensão dos significados dos valores atribuídos ao conjunto (VERAS, 2014).

Sob este ponto de vista, em 2005, uma proposta de construção de dois arranha-céus (*Pankrác Plain*) (ver figuras 31 e 32) localizado na zona de transição do centro histórico de Praga· despertou a atenção da UNESCO. No primeiro momento o local tornou-se propriedade privada, o que ocasionou construção de edificações verticais. No segundo momento, nova proposta foi aprovada pelo Instituto Nacional do Patrimônio e pelas autoridades de desenvolvimento da cidade considerando que os novos não iriam piorar por causa das edificações existentes.

Assim, a UNESCO chegou a conclusão que mais danos deveriam ser evitados, recomendando a limitação do gabarito para 60, 70 metros de altura máxima em oposição aos 100 metros de altura permitidos previamente, além de propor uma melhor localização para o agrupamento dos arranha-céus ao invés de serem inseridos no centro histórico. Vários edifícios verticais no entorno do centro

histórico têm efeito negativo sobre a integridade do local. Neste caso, o estudo realizado pela comissão da UNESCO demonstrou que os arranha-céus desviavam a atenção visual das edificações históricas e apresentavam reflexos de um sistema de valores distintos na paisagem histórica (SILVA, 2017).

Figura 31: Projeto 3D do Pankrác Plain.



Fonte: Silva, 2017.

Figura 32: Vista a partir do castelo de Praga.



Fonte: Silva, 2017.

Enquanto em Paris e Londres a verticalização na cidade limita-se a edificações construídas de modo esporádico e com predominância de uso não residencial, no Recife é ascendente a aparência de um estilo de vida urbano diferente do até então predominante (VERAS, 2014).

O processo de verticalização para áreas periféricas do Recife, estimulados pelo alto potencial construtivo em bairros tradicionais com antigos casarões e bastante área verde como Espinheiro, Graças e Casa Forte, intensificou-se a partir dos anos 1990. Essa nova fase destaca-se pela escala. Tais edificações geraram aversão aos moradores, favorecendo a criação da “Lei dos Doze Bairros” (Lei nº 16.719/2001¹³) que estabeleceu critérios para conter a verticalização descontrolada, limitando a possibilidade de remembramento e criando restrições de gabarito (NASLAVSKY, 2013).

Relacionadas a isso, algumas soluções tentam conciliar verticalização a instrumentos de preservação do patrimônio histórico, instituindo a lei dos IEPs (Imóvel Especial de Preservação) que permite a construção de edifícios extremamente altos no restante do terreno de um imóvel histórico protegido por esta lei, desde que o imóvel classificado como IEP seja preservado. Há controvérsias por parte da população, a qual alega que a edificação extremamente alta não dialoga

¹³ Cria área de reestruturação urbana (ARU), estabelecendo condições de uso e ocupação do solo para os bairros do Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte Poço da Panela, Monteiro, Apipucos e parte do bairro da Tamarineira.

com o casario antigo e, assim, não preservam a história e o contexto locais (NASLAVSKY, 2013).

O centro histórico do Recife está vivenciando um processo de transformação. O centro é o novo horizonte para as edificações com mais de 40 pavimentos. A falta de investimento acarretou um abandono e substituição de uso e funções, por conseguinte foram de modo gradativo sendo degradadas. Nos últimos anos, no âmbito dos investimentos no centro histórico, o poder público definiu políticas públicas de requalificação dessas áreas para tentar garantir a identidade física do local. Assim como, envolver o mercado imobiliário, logo o rompimento da integridade arquitetônica da área histórica e da paisagem (VERAS, 2014).

Deste modo, nem sempre consegue conservar a identidade de um lugar com a ajuda de investimentos da iniciativa privada, na tentativa de requalificar a área.

O exemplo dessa situação são os píers Maurício de Nassau e Duarte Coelho, popularmente conhecidos como torres gêmeas (ver figuras 33 e 34), estão inseridas numa área onde há o maior acervo de monumentos tombados do Recife e incluindo as áreas históricas dos bairros adjacentes, possuem um caráter singular, principalmente quanto à morfologia e arquitetura (VERAS, 2014).

O projeto foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura da Cidade do Recife em 2004, sendo duas torres residências com 41 pavimentos e 134,72 metros de altura, cada, localizadas no bairro de São José, Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH-10), bairros de São José e Santo Antônio tidos como “Conjuntos Antigos” (ver figura 33). Desde então, inicia-se as preocupações com a paisagem urbana do centro do Recife devido à singularidade da escala diante do conjunto preexistente (VERAS, 2014).

Figura 34: Vista do território para o mar dos Piérs Maurício de Nassau e Duarte Coelho.



Fonte: Veras, 2014.

Figura 33: Piérs Duarte Coelho e Maurício de Nassau.



Fonte: Veras, 2014.

E em 2008, no Cais José Estelita, um projeto ainda mais impactante, em uma área de 101,7 mil metros quadrados de propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A. – REFESA foi comprada através de um leilão pelo grupo de empreendedores denominados como Consórcio Novo Recife¹⁴. Proposto um projeto misto de 15 edifícios comerciais, residenciais e hotéis, com gabaritos entre 30 e 45 pavimentos, cujo empreendimento

foi denominado como Projeto Novo Recife (ver figura 35), inserido na Zona Especial do Centro (ZEC), onde há o maior potencial construtivo mesmo fazendo limite com a área de maior acervo de monumentos tombados do Recife (VERAS, 2014).

Diante desses projetos, o Plano Diretor (2014), artigo 114, amplia a proteção às qualidades paisagísticas, junto às arquitetônicas, urbanísticas, históricas, entre outras que forem consideradas significativas para a memória urbana do Recife. Mudanças e conservação da paisagem devem ser entendidas não abrangendo uma situação peculiar, mas sim as incluindo no planejamento urbano da cidade (VERAS, 2014).

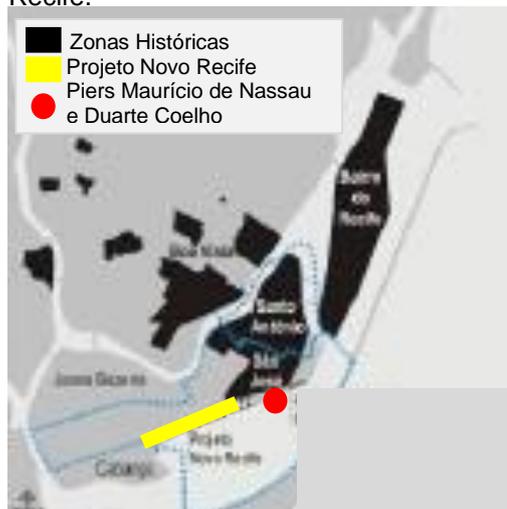
Para Veras (2014), a inserção destas edificações verticais, de longe se percebe pelo skyline (ver figura 36) da cidade a ausência do diálogo dessas edificações com a paisagem urbana histórica remanescente. De perto, do ponto de vista do observador tem-se a sensação de inexistência da área de transição entre a cidade e às águas, devido à barreira visual que essas edificações propiciam.

Figura 36: Simulação do Skyline com o Projeto Novo Recife e os construídos Piers Duarte Coelho e Maurício de Nassau.



Fonte: Veras, 2014.

Figura 35: Zonas históricas no centro do Recife.



Fonte: Veras, 2014. Modificado pela autora.

¹⁴ Consórcio entre as empresas GL Empreendimentos e Moura Dubeux, associadas à Queiroz Galvão e Ava Empreendimentos.

Essa tendência está se estendendo para os bairros da Boa Vista e de Santo Amaro que, juntos, possuem significativo acervo de monumentos tombados e de grande relevância histórica e cultural. Nestes bairros, a Rua da Aurora possui edificações que datam do século XIX, também do século XX, em estilos arquitetônicos variados, e, atualmente, recebe empreendimentos imobiliários em torres residenciais de elevado gabarito, acima, inclusive, dos edifícios modernistas construídos nos anos 1950, na referida Rua (SILVA, 2017).

Ainda segundo Silva (2017), essas torres verticais caracterizam de forma negativa a paisagem, de maneira que a pressão imobiliária fala mais alto, provocando um distanciamento e a falta de importância com a história e o contexto local.

4 A RUA DA AURORA

“[...] Sua preservação, através do tombamento, sobre ser inteiramente justificável sob esse ponto de vista, é bastante oportuna e urgente, em face do iminente risco de destruição, a exemplo de outros tantos exemplares, demolidos para dar lugar a edifícios comerciais indiferentes que, rompendo a escala urbana ancestral, nada acrescentavam como contribuição social ou em termos de qualidade de vida.” (PROPOSTA DE TOMBAMENTO – PROCESSO Nº 3522 DE 14/10/83).

Detentora de tal nome devido sua localização à margem esquerda do rio Capibaribe, cujas edificações se voltam para o nascente, recebendo os primeiros raios da manhã (aurora). Em 1871, foi renomeada para Rua Visconde do Rio Branco, mas posteriormente seu primeiro nome prevaleceu (SILVA, 2017).

A Rua da Aurora, objeto empírico da presente pesquisa, percorre dois bairros da cidade do Recife, inicia-se na ponte Boa Vista, conhecida como ponte de Ferro¹⁵, no bairro da Boa Vista e tem seu término na ponte do Limoeiro¹⁶, no bairro de Santo Amaro (ver figura 37).

Figura 37: Delimitação da Rua da Aurora.



Fonte: Google Earth, 2009, modificado pela autora.

Veras (2014) apresenta algumas reflexões sobre a hipótese de que existem paisagens que expressam a identidade de uma cidade, paisagens reveladas nos

¹⁵ Une atualmente a Rua Nova, no bairro de Santo Antônio à atual Rua da Imperatriz, no bairro da Boa Vista.

¹⁶ Inicialmente feita de metal, era o caminho do trem que seguia de Limoeiro a Timbaúba. Atualmente liga o bairro do Recife a Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar.

cartões-postais. Entre elas encontra-se a Rua da Aurora, eleita a segunda paisagem de cartões-postais que mais identifica a cidade do Recife, segundo os entrevistados da mencionada autora, cuja escolha se deu pelo “sentimento associado às recordações de infância” e aos artistas que cantam, declamam a paisagem, também citado pelos entrevistados a presença dos *flamboyants* na margem oposta (ver figuras 38 e 39), na Rua do Sol, que enquadram o conjunto urbano antigo na maioria dos cartões-postais da Rua da Aurora.

Figura 38: Vista da Rua da Aurora com flamboyants.



Fonte: Lituraterre. Disponível em <https://lituraterre.files.wordpress.com/2011/01/Rua_da_aurora_recife_bairro_boa_vista.jpg> Acesso em: 17.04.2018.

Figura 39: Vista da Rua da Aurora por outro ângulo.



Fonte: Museu2009. Disponível em <<http://museu2009.blogspot.com.br/2015/10/tomba-do-pelo-iphan-Rua-da-aurora-e-um.html>> Acesso em: 17.04.2018.

A paisagem também é composta pelas quatro pontes que estabelecem conexão da Rua da Aurora aos bairros de Santo Antônio e Recife.

4.1 Contextualização histórica

Observando o processo de ocupação da cidade do Recife entre os séculos XVIII e XIX (ver figura 40), percebe-se uma maior concentração na Ilha do Recife e Antônio Vaz, atuais bairros do Recife, Santo Antônio e São José, respectivamente. Acompanha esse processo o bairro da Boa Vista, cuja ocupação se dá a partir do século XVIII, conhecido apenas como um pequeno povoado, no início da sua formação, não ia além da região próxima ao Pátio de Santa Cruz (ver figura 41)

As figuras 41, 42, 43 e 44, indicam a organização do bairro que tem sua dimensão territorial através dos aterros de manguezais e alagados realizados nos séculos XVIII e XIX como os da Rua do Aterro, atual Rua da Imperatriz, Rua Formosa, atual Avenida Conde da Boa Vista, a Rua da Aurora e o trecho da Rua do Hospício até a Rua da Aurora.

Figura 40: Ocupação da Ilha do Recife, Ilha de Antônio Vaz e o bairro da Boa Vista nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente.



Fonte: Menezes 2017, modificado pela autora.

Foi em 1806 que a Câmara do Senado de Olinda cedeu a Casimiro Antônio Medeiros a transferência do domínio útil e permanente da área que beira o rio, coberta por mangue, onde se fez a necessidade do aterramento, originando o primeiro trecho da Rua da Aurora (COSTA, 1984).

A ocupação do primeiro trecho da Rua da Aurora se deu, segundo Costa (1984), em 1829, quando a indústria e exploração do ferro instalava-se no Recife, sendo a primeira oficina a Fundação da Aurora, instalada na Rua de mesmo nome, inicialmente localizada próxima à antiga Igreja dos Ingleses, demolida para a construção do atual edifício Duarte Coelho. Em seguida no ano de 1838 foi dado o início da construção da Igreja Anglicana "*Holly Trinity*", a Igreja dos Ingleses.

Ainda no século XIX, o segundo trecho da Rua (ver figura 42) segue da Rua Formosa até a Rua do Riachuelo onde foram construídos sobrados pelo Barão de Beberibe, em que a primeira delas foi um imóvel com três pavimentos, sede do jornal *A Tribuna*, demolido em 1943, devido ao processo de modernização (COSTA, 1984).

O terceiro trecho (ver figura 42) percorre da Rua do Riachuelo até a Rua Princesa Isabel, parcela referente a ocupação do palacete construído para o Barão da Boa Vista, o impulsionador do desenvolvimento da Província, a edificação de nº425, existente até hoje, atual prédio da Secretária de Segurança Pública (COSTA, 1984).

Figura 41: Representação da ocupação inicial do bairro da Boa Vista no ano de 1808.



Fonte: Menezes 2017, modificado pela autora.

Imagens ampliadas: Fonte: Recife de Antigamente. Disponível em: <<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/203011>6367128903/?type=3&theater>> Acesso em: 19.04.2018;

Fonte: Pernambuco Arcaico. Disponível em: <https://www.picmog.com/media/1126959044009516136_1904906654> Acesso em: 19.04.2018.



Figura 42: Representação do bairro da Boa Vista em 1856.



Fonte: Menezes 2017, modificado pela autora.

Imagens ampliadas: Fonte: Adepe. Disponível em: <<http://adepe.com.br/sede/>> Acesso: 20.04.2018; Fonte: Direitos Urbanos. Disponível em: <<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/27/recife-patrimonio-progresso-e-retrocesso-pontes-Avenidas-e-tuneis/>> Acesso em: 18.04.2018.



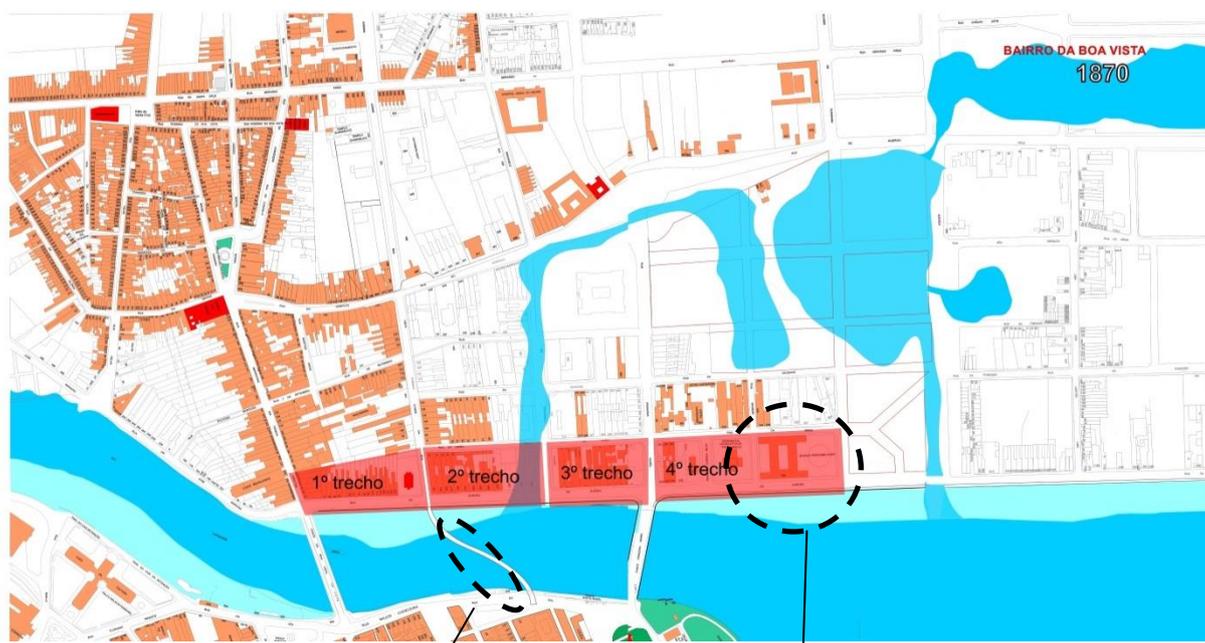
Dando continuidade a Rua da Aurora, sentido Norte, os trechos correspondentes da Rua Princesa Isabel em, enquadram-se no bairro de Santo Amaro. O trecho da Rua Princesa Isabel até a Rua João Lira (ver figura 43) foram construídas edificações com predominância de elementos neoclássicos e traços ecléticos, como o edifício do Senado Estadual, atualmente nomeado de Palácio Joaquim Nabuco, o prédio da Assembleia Legislativa que, segundo Rodrigues (2006), teve como responsável pela sua construção, em 1870, o engenheiro José Tibúrcio de Magalhães, um dos maiores representantes do período neoclássico no estado; e o edifício do Ginásio Pernambucano, que teve início da construção na Rua da Aurora em 1855, projeto do engenheiro José Mamede Alves Ferreira.

Quanto aos trechos que seguem da Rua João Lira até o extremo Norte da Rua da Aurora, suas edificações foram construídas aos poucos, em momentos e períodos distintos, sendo o mais antigo a Fundação da Aurora desde que foi transferida para tal parcela em 1847 onde funcionou até 1874 (COSTA, 1984).

A ocupação do bairro de Santo Amaro remonta ao século XVII, por volta de 1681, quando o major Luís do Rego Barros construiu sobre as ruínas do Forte Salinas uma capela, atualmente a Igreja de Santo Amaro, cujo padroeiro deu nome ao bairro (SILVA, 2017).

Mas, percebe-se através da figura 44 que a ocupação da Rua da Aurora, no trecho referente ao bairro de Santo Amaro é representada a partir do século XIX com lotes estreitos, compridos e sem recuos laterais, configurando as primeiras edificações com uso residencial.

Figura 43: Representação do processo de ocupação do bairro da Boa Vista em direção ao bairro de Santo Amaro em 1870.



Fonte: Menezes (2017), modificado pela autora.

Imagens ampliadas: Fonte: Algo Mais. Disponível em: <http://revista.algomas.com/colunistas/escolas-e-colegios-do-recife-antigamente> Acesso em: 20.04.2018;

Fonte: Recife de Antigamente. Disponível em: <https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/2016283765178830/?type=3&theater> Acesso em: 19.04.2018;

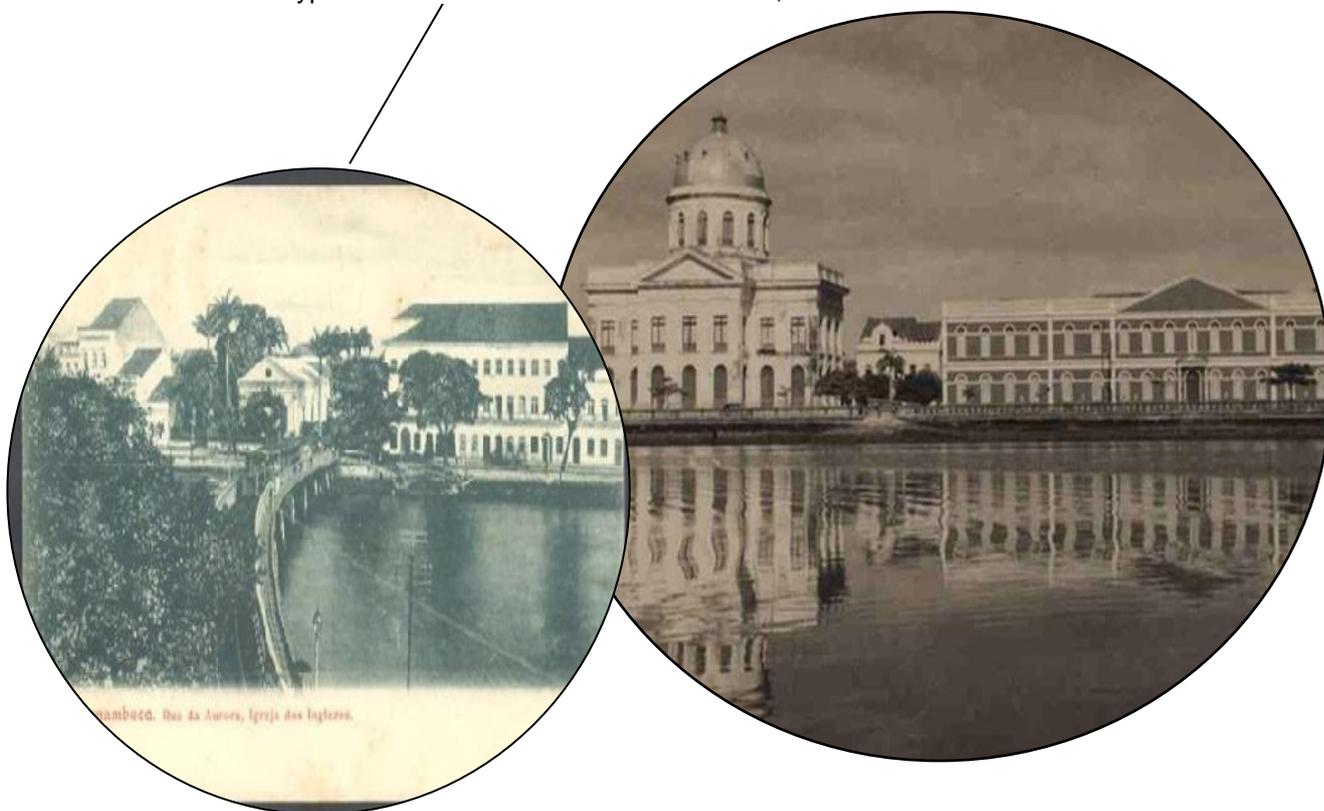
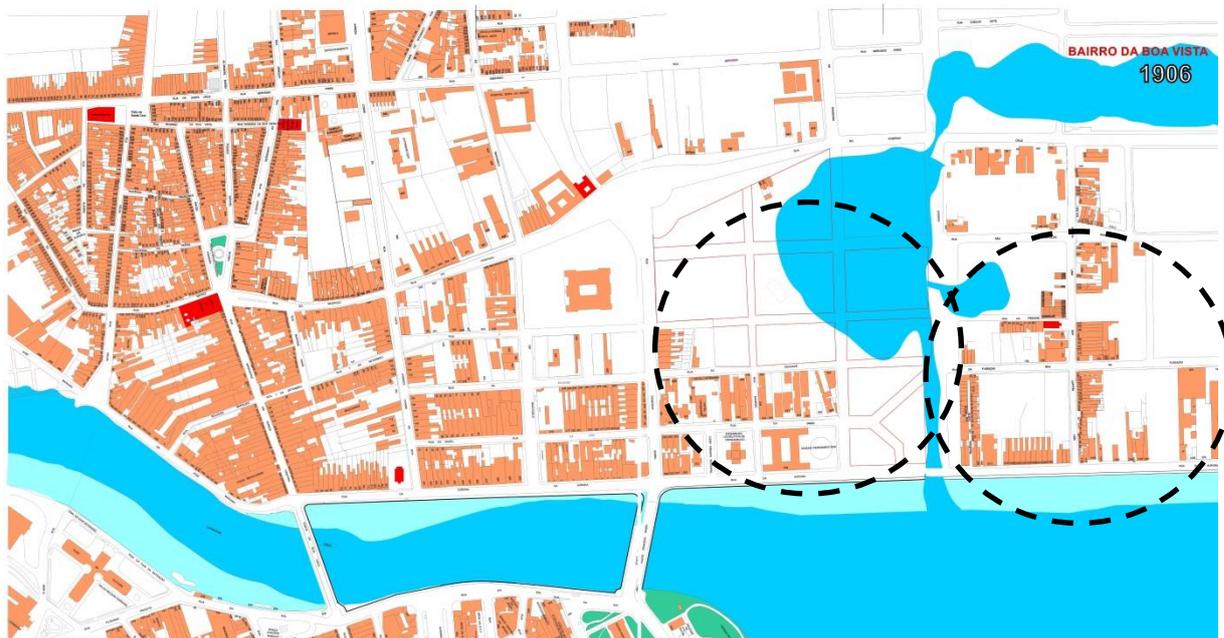


Figura 44: Representação do processo de ocupação dos bairros da Boa Vista e Santo Amaro em 1906.



Fonte: Menezes 2017, modificado pela autora.

Segundo o site da Federação Pernambucana de Remo, no início do século XX, o jornal local *Diário de Pernambuco* divulgou notícias sobre as primeiras modalidades desportivas praticadas no estado. Nas margens do rio Capibaribe, a população, com direito a arquibancada, acompanhava as corridas náuticas. No Recife, o remo era praticado pela elite. Após sua popularização, em 1901, originou-se o Club Náutico Capibaribe, especialmente dedicado ao remo, tendo sua garagem de remo instalada na Rua da Aurora. Ao lado desta garagem encontra-se a sede do Club Desportivo Almirante Barroso, criado pela colônia portuguesa em 1909.

Mais adiante, com a adoção do urbanismo moderno, disseminaram-se obras como expansão da área portuária, distribuição de zonas industriais, construção de pontes, aberturas de vias, entre outras. Nesse período houve o aterro da bacia de Santo Amaro ligando a Ilha do Recife ao continente conduzindo um novo perfil aos trechos da Rua da Aurora mais próximos da ponte do Limoeiro e nas quadras atrás da mesma (PONTUAL, 1999).

Devido à proximidade com a zona portuária, instalaram-se na área fábricas como a Fundação da Aurora, Fábrica Progresso, antigamente denominada de Fábrica Aurora fundada em 1879, que fabricava entre outras coisas, pregos e lança-perfumes, a Fábrica Renda Priori de latas e doces, que funcionou na Rua da Aurora

até 1989, entre outras de diversas categorias, conduzindo uma área com perfil arquitetônico de muitos galpões (GASPAR, 2017).

Portanto, os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista abrigavam a população de classe média e os principais serviços da cidade enquanto o bairro vizinho, Santo Amaro, abrigava os operários, conseqüentemente a população de baixa renda. Ao decorrer do tempo, no final do século XX, a maior parte das atividades portuárias foi transferida para Suape, boa parte das indústrias, atacados e comércios voltados ao porto também deixaram o centro, ocasionando mudanças locais devido à expansão da cidade, conseqüentemente migração da população do centro para bairros periféricos, a classe média deixava o centro e passava a ocupar a zona norte e sul, levando serviços, escolas, atividades de lazer e etc., gerando um processo de esvaziamento,

Esse processo impôs na maioria dos imóveis do centro uma mudança de uso, residências foram substituídas por usos que respondam a necessidade da sociedade, estabelecidos até hoje.

Atualmente, a Rua da Aurora apresenta sobrados remanescentes do início da ocupação do bairro da Boa Vista, que abrigam importantes e diferentes usos como, por exemplo, o Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães (MAMAM), antigo prédio da sede do Clube Internacional do Recife, a Polícia Civil de Pernambuco, a Agência do Trabalho, a Escola Técnica Estadual de Criatividade Musical, o Teatro Arraial Ariano Suassuna, a sede da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, entre outros, além de abrigar entre os anos 1920 e 1970, no imóvel de nº 435, a sede da Prefeitura da cidade (SILVA, 2017).

Figura 45: Conjunto urbano tombado visto da Rua do sol.



Fonte: Alto Astral. Disponível em: < <https://www.altoastral.com.br/recife-gastronomia-arquitetura-historica/>> Acesso em: 06.03.2018.

Além dos sobrados há a presença dos prédios modernistas procedentes de reformas urbanas. Assim, encontra-se o edifício Duarte Coelho, que abriga no pavimento térreo o Teatro São Luís. Quanto à parcela que integra o bairro de Santo Amaro destacam-se os edifícios de caráter residencial Montreal, Iemanjá, Capibaribe e Alfredo Bandeira.

Em Santo Amaro, galpões e comércio inativos criaram vazios urbanos o que gerou a desvalorização imobiliária da área.

Nos anos 2000, o centro da cidade passou a experimentar outra dinâmica urbana. Os bairros da Boa Vista e o da Soledade receberam atividades educacionais e o comércio popular tornou os bairros movimentados, enquanto em Santo Amaro a novidade era a chegada do shopping Tacaruna, posteriormente com o aumento potencial construtivo no bairro atraiu igrejas evangélicas, empresas de telemarketing e comunicação. Assim, o aumento do potencial construtivo do bairro de Santo Amaro atraiu e permitiu que o mercado imobiliário atuasse na Rua da Aurora. A presença de torres residenciais como o empreendimento da Conic, edifício Cais da Aurora, 2013, com 33 pavimentos, a primeira torre construída no trecho norte da Rua da Aurora; o edifício Arcos da Aurora Prince, em construção, da Pernambuco Construtora, com 36 pavimentos, localizado atrás do edif. Cais da Aurora, possui entrada de pedestres pela Rua da Aurora e entrada de veículos pela Rua da Fundação; e os edifícios Jardins da Aurora (2015), duas torres, Beberibe e Capibaribe, cada uma com 47 pavimentos da construtora Moura Dubeux. Os edifícios citados substituíram os antigos galpões de fábricas inativas ou terrenos vazios. Da mesma forma é hoje o atual prédio da emissora de tv Rede Globo Nordeste, um prédio de três andares.

4.2 Configuração do conjunto urbano antigo

Para compreender a configuração do conjunto urbano antigo da Rua da Aurora é de suma importância perceber sua estrutura urbana e analisar dados qualitativos como parcelamento do solo, uso e ocupação do solo e as tipologias das edificações, sendo esses fatores consequentes da sua história.

Como podemos notar nas figuras 46 e 47, a Rua da Aurora possui uma ocupação sequencial, linear, e originalmente com morfologia e traços semelhantes (ver figura 46), fazendo com que as apropriações e usos também fossem similares. Atualmente, a Rua possui uma ocupação ainda linear, mas com morfologia e traços distintos (ver figura 47), assim como as apropriações e usos tornaram-se diversificadas.

Figura 46: Mapa Rua da Aurora, 1924.



Fonte: Menezes, 2017.

Figura 47: Unibase da Rua da Aurora, 2018.



Fonte: Prefeitura do Recife, 2018. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/ESIG/>> Acesso em: 06.05.2018

Quanto ao gabarito e tipologias arquitetônicas encontradas na Rua da Aurora, a predominância é de sobrados e edificações de 02 a 03 pavimentos, poucos são os exemplares com mais pavimentos ou apenas térreas. Ao mesmo tempo, percebe-se o aumento de edifícios verticais, sendo 06 edifícios de até 15 pavimentos e 10 edifícios acima de 15 pavimentos, totalizando 16 edifícios verticais que se destacam

sobre os sobrados na Rua da Aurora. Já no que se refere aos usos existentes, a predominância na Rua, atualmente, é de comércio, serviços e instituições públicas, embora haja, ainda, o uso residencial. No trecho que vai da Rua da Imperatriz até a Avenida Conde da Boa Vista encontra-se maior atividade de lotes e edificações que funcionam para estacionamentos comerciais e de serviços. Já no trecho entre as Avenidas Conde da Boa Vista e Mário Melo, predomina o uso de imóveis com serviços governamentais e atividades voltadas a educação, cultura e lazer. Entre a Avenida Mario Melo e a Avenida Norte também predomina o uso de comércio e serviços, porém percebe-se que no trecho onde existe a maioria das edificações acima de quinze pavimentos predomina o uso residencial.

Entre os imóveis classificados com uso comércio/serviços existem: comércio varejista, estabelecimentos de formação áudio visual, gráficas, buffet com salão de festas, restaurante, entidades financeiras, entidades públicas, escola pública de ensino médio, teatro, museu, sede esportiva e congêneres. As edificações classificadas com uso misto, em sua maioria possuem atividade profissional e serviço pessoal, não incômodo ao uso residencial tais como escritórios, consultórios, assim são a maioria dos edifícios verticais distribuídos entre a Rua da Imperatriz e a travessa Correia Neto. Cerca de 8 imóveis, entre um número aproximado de 56 imóveis, estão totalmente sem uso.

Na Rua da Aurora existem edificações do século XIX e XX. São elas na maior parte sobrados de 02 a 04 pavimentos; edifícios verticais ou edificações com um pavimento que se encontram descaracterizadas com exceção da Garagem de Remo do Clube Náutico Capibaribe e do Clube Barrozo. Os sobrados, a maioria é destinada a serviços públicos, no restante, o pavimento térreo é destinado ao comércio, e os andares superiores a depósito, habitação, ou se encontram desocupados.

Os sobrados e as residências térreas marcam as tipologias arquitetônicas do período colonial. Ambas são edificações conjugadas e implantadas em lotes regulares, com eixo longitudinal de crescimento, sem recuos de frente ou lateral devido aos lotes estreitos e compridos. Em algumas edificações é possível encontrar pequenas áreas livres somente nos fundos do terreno. Quanto às fachadas, apresentam caráter eclético, classicista, ou oitocentista, cercaduras em portas e janelas de vergas retas, arcos abatidos ou plenos, desenhos em baixo relevo, e platibandas com e sem relevos ou adornos, delimitadas com frisos ou cornijas e

telhados com duas águas, com estrutura em madeira coberta com telha cerâmica. Algumas dessas edificações encontram-se com o pavimento térreo descaracterizado por conta do comércio.

Essa tipologia ganha valorização em conjunto, pertinente à sua composição, ritmo, homogeneidade, formando uma paisagem urbana histórica representativa do século XIX. Este patrimônio histórico, entretanto, como já foi dito anteriormente, foi interrompido no século XX por edificações verticais advindos com a expansão da cidade. Estes, por sua vez, possuem características do período modernista entrelaçadas com o estilo Art Déco, marcado pelo rigor geométrico e predominância em linhas verticais, simetria, uso de marquises e até janela em fita, além do sistema e materiais construtivos inovadores para a época.

Percebe-se que a maioria das edificações privadas, inclusive os edifícios, estão em estado de conservação ruim, com rachaduras, lesões no reboco, descascamento na pintura, oxidação, entre outros danos. E que, apenas a parcela que corresponde a sobrados com serviços governamentais estão em bom estado de conservação.

4.3 Legislação

A preocupação preservacionista no Brasil, segundo Lemos (1981), teve início no ano de 1742, quando o Conde de Galveias se manifestou por meio de uma carta a Luís Pereira Freire de Andrade (Governador de Pernambuco da época), lamentando a reforma que transformou o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde Maurício de Nassau, em quartel das tropas locais.

Porém foi na década de 1920 que teve início a reflexão sobre preservação patrimonial incentivado por uma alta sociedade intelectual da época que defendiam a criação de uma instituição responsável pela preservação e integridade das antigas edificações que estavam sendo substituídas pelas transformações urbanas ditadas pela modernidade (SIQUEIRA, 2017).

Em 1923, a fim de preservar imóveis públicos e privados que fosse de interesse nacional quanto a história ou arte, foi apresentado o primeiro projeto de lei federal para a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, porém não foram apresentados com clareza as definições e atribuições do órgão. Até que, em 1930 foi elaborado um projeto consistente e foram criadas as Inspetorias Estaduais dos Monumentos nos principais centros históricos do Brasil, quando, em 1933 a cidade de Ouro Preto foi elevada a condição de monumento nacional e então após um ano foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (LEMOS, 1981) e (SIQUEIRA, 2017).

A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi o primeiro órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Tinha como responsabilidade catalogar as edificações de valor e propor ao Governo Federal torná-los monumentos nacionais, além de uniformizar as legislações estaduais de preservação, conservar e fiscalizar os objetos históricos e artísticos. Apesar de ser de âmbito nacional restringiu suas ações a cidade de Ouro Preto-MG com o objetivo de devolver os aspectos originais da cidade a fim de eliminar tudo que a descaracterizasse o aspecto colonial (PEREIRA, 2009).

Em 1936, o projeto de lei federal criado por Mario de Andrade, agrupou obras de arte em oito categorias a fim de resguardar a totalidade dos bens culturais do patrimônio cultural, de uma forma mais completa, quando em 1937 com o fim da Inspetoria, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, consumindo as mesmas atribuições da Inspetoria e novos parâmetros no campo da

preservação patrimonial, percebendo a distinção dos dois bens históricos e artísticos apenas, enquanto Mario de Andrade trabalhou definir todos os bens culturais (LEMOS, 1981) e (SIQUEIRA, 2017).

Em vista disso, as três primeiras décadas do SPHAN demonstraram preferência na proteção dos monumentos arquitetônicos do período colonial enquanto desconsideraram os outros estilos arquitetônicos. Em 1946, o SPHAN passou a ser o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. E a partir de 1970 o então DPHAN foi renomeado para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e inicia-se uma nova fase de atuação do órgão e então se insere no processo global de preservação e amplia os conceitos de monumento, patrimônio, preservação da ambiência/entorno dos bens tombados e dos sítios históricos (OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, há uma mudança de paradigma como consequência do processo de industrialização e do desenvolvimento urbano acelerado, advém o desenvolvimento da malha viária e a valorização do mercado imobiliário, o que antes protegia a construção isolada, agora visa à proteção do conjunto urbano. Deste modo, a fim de integrar e estimular o crescimento econômico nas cidades históricas, em 1973, criou-se o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH do Nordeste que tem como responsabilidade articular ações entre o Ministério da Educação e Cultura, Planejamento, Interior, e Indústria e Comércio. Da mesma forma, em 1975 foram criados planos governamentais que ampliassem a presença do Governo Federal na área da Cultura no qual foram inseridas ideias que possibilitem a diversidade e pluralidade cultural da sociedade brasileira e atualização dos conceitos de preservação e patrimônio com a finalidade de proporcionar uma visão mais ampla de patrimônio cultural (OLIVEIRA, 2009).

Outro exemplo dessas cooperações com diversos co-executores é o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciado em 2007 é um programa com iniciativa do Governo Federal com a coordenação do Ministério de Planejamento que proporciona o planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura, até que em 2013 o Ministério de Planejamento autorizou a criação de uma linha exclusiva para os sítios históricos protegidos pelo Iphan, nomeado de PAC – Cidades Históricas, o que promove a recuperação, restauração e qualificação dos conjuntos urbanos e monumentos.

É nesse contexto de transformações urbanas que o conceito do que é patrimônio ampliou-se e continua em desenvolvimento de modo que se percebe a atuação do Iphan voltada ao reconhecimento de bens patrimoniais além de cunho religioso e colonial, como por exemplo, atualmente há uma atenção para a cultura do Norte do país, assim como a preservação da paisagem e outros aspectos.

Em Recife, a Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais foi criada em 1928, em resposta ao contexto histórico de transformações econômicas e socioculturais. Um ano depois, a primeira iniciativa do poder público para proteger o patrimônio histórico e artístico do Estado foi a criação do Museu Histórico e de Arte Antiga, atual Museu do Estado, para administrar a Inspeção. No entanto, havia maior atenção para os bens imóveis isolados que fossem de interesse comum para a construção da identidade brasileira. Porém a Inspeção não teve sucesso em suas atividades devido ao fato que a Constituição de 1891 não previa restrições quanto ao direito de propriedade privada, assim, qualquer intervenção nesse contexto seria considerado um ato inconstitucional. A Inspeção e o Museu foram extintos em 1933 (SIQUEIRA, 2017).

A ausência de legislações e políticas públicas de âmbito estadual voltada para a salvaguarda do patrimônio ocasionou a demolição de vários imóveis no projeto de modernização do centro urbano da cidade do Recife, assim, em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH a fim de direcionar para os estados as ações de preservação criou a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, instituição técnica de nível estadual que exerce os artifícios que o Decreto-lei 25/37 dispõe sobre a política de Salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, sendo de sua responsabilidade os pareceres técnicos dos processos de tombamento a nível estadual, as definições das ações de conservação e restauro dos bens culturais tombados além de fiscalizar e aplicar os seguimentos de tombamento dos bens patrimoniais no estado. Desse modo, em 1978, com o objetivo de preservar o patrimônio histórico e artístico na região metropolitana do Recife foi criado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, o PPSH/ RMR, assim como, no ano de 1982 foi implantado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior – PPSHI e um ano depois o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pernambuco – IPAC/PE que abrange a região do Sertão e Agreste, possibilitando a salvaguarda dos bens de valor regional (SIQUEIRA, 2017).

No ano de 1979 foi regulamentada a lei estadual de Pernambuco nº 7.970 que veio para instituir o tombamento de bens patrimoniais pelo estado, apesar de abordar ampla visão sobre os tipos de bens e valores a serem protegidos, não foram desenvolvidos nenhuma recomendação quanto a novas construções na área de entorno do bem tombado, percebe-se a ausência das questões referentes ao desenvolvimento urbano onde está inserido o bem, não levando em consideração a significância da paisagem formada pelo conjunto como está acontecendo com a Rua da Aurora, o conjunto urbano antigo está sendo “engolido” pela verticalização de seu entorno, ver figura 48.

Figura 48: Vista aérea da ZEPH 8.3 e seu entorno.



Fonte: Recife e Olinda um Olhar Particular. Disponível em: <
<https://www.instagram.com/p/BihQh1AHwXb/?hl=pt-br&taken-by=recifeeolindaumolharparticular>> Acesso em: 25.05.2018.

A atuação do SPHAN em Recife vem desde 1937 com tombamentos voltados para edificações religiosas. No entanto, sua atuação intensificou na cidade e

resultou em uma articulação com o poder municipal quando Recife passou a sediar o 1º Distrito Regional do DPHAN, porém houve dificuldades em defender o patrimônio imóvel das transformações da época devido que só estava ao alcance do órgão federal o monumento tombado enquanto o entorno fica submetido ao decreto nº 25/37 e por não estar especificado no decreto com clareza havia convergência relacionado à existência de incentivo a verticalização por parte da Prefeitura Municipal de Recife, através das legislações municipais. Assim havia o dilema entre o desejo de verticalização e a preservação através dos conflitos pela manutenção da ambiência, criou-se a lei municipal nº 7.427/1961 que submete a verticalização a parâmetros mais rígidos, além de tratar de recomendações de alturas, forma e ocupação no entorno das áreas tombadas, no entanto, ao mesmo tempo em que favorece o patrimônio, permite o parcelamento do lote a fim de garantir maior aproveitamento do solo edificável, como acontece na Rua da Aurora, nas quadras próximas a ponte do Limoeiro (SIQUEIRA, 2017).

No ano de 1965, foi aplicado o plano de gabarito dos bairros de Santo Antônio e São José que tinha por fim, minimizar os impactos da verticalização no centro próximos a monumentos tombados, mas o plano não chegou a ser lei, pois não foi aprovado pela Câmara Municipal, porém permaneceu vigente por 14 anos. Logo houve um desestímulo ao crescimento vertical nessas áreas para preservar a relação de escala entre os monumentos tombados e sua vizinhança (NASLAVSKY, 2013) e (SIQUEIRA, 2017).

Em 1978, foi criado o PPSH-RMR, uma ação conjunta entre estados, municípios à ação federal quanto aos bens patrimoniais de valor nacional ou regional, a fim de ter moderação entre desenvolvimento socioeconômico e proteção ao patrimônio além de ter criado Zonas de Proteção (ZP), Zonas de Proteção Rigorosa (ZPR) e Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), para amenizar as diferenças entre as demais zonas urbanas e as zonas, assim como a definição de parâmetros de ocupação dessas áreas (PEREIRA, 2009).

Em vista disso, o primeiro documento normativo, fundamentalmente protecionista segundo Siqueira (2017) foi o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife – PPSH/Recife, que trata sobre questões de volumetria, escala e forma para construções e obras de conservação, reparo ou restauração do bem situado em zonas de proteção rigorosa – ZPR com o intuito de assegurar as características originais, regulamentado pela lei municipal do Recife 13.957/1979.

Voltados para a proteção do espaço, foi proposto exigências quanto aos parâmetros de:

“volumetria, escala, características arquitetônicas do conjunto urbano, implantação da edificação no terreno, materiais de revestimento e de vedação, forma e inclinação da coberta, além de estabelecer incentivos fiscais, como isenção de imposto predial para usuários do imóvel de setores rigorosos que realizassem obras de conservação, reparo ou restauro” (SIQUEIRA, 2017, p. 45-46).

A lei municipal 13.957¹⁷ também criou 31 zonas especiais de preservação do patrimônio histórico e artístico, de forma que cada zona de proteção é formada por zonas de preservação rigorosa (ZPR), são zonas que há valores patrimoniais que se quis preservar, e cada ZPR terá sua zona de preservação ambiental (ZPA), essas são responsáveis pela preservação da ambiência das zonas de preservação rigorosa (SILVA, 2017).

Posteriormente com a criação da lei municipal de Uso e Ocupação do solo (LUOS) nº 14.511/1983, as zonas de proteção criadas foram renomeadas para setor de preservação rigorosa (SPR) e setor de preservação ambiental (SPA). E em 1996, com a atualização da mesma, também foram instituídas as chamadas Zonas Especiais (ZE) e renomeada a Zona de Proteção para Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural. A LUOS também definiu parâmetros construtivos específicos e acrescentou mais dois sítios históricos, totalizando 33 zonas especiais além de restrições referentes ao uso, gabarito, recuos e material da cobertura (SILVA, 2017) e (PEREIRA, 2009). Em meio a isso, ainda em 1996, o Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife (lei 16.243/96) elaborou características da paisagem urbana que merecem proteção imediata.

Art 86 - Consideram-se objeto de proteção imediata os seguintes espaços, ambientes e recintos detentores de traços típicos da paisagem recifense:

- a. a orla marítima, sua vegetação, seus coqueirais e a faixa de praia, desde a atual linha do meio fio da faixa de rolamento até a linha da preamar, que serão destinados a lazer;
- b. os corpos de água, suas nascentes, margens e estuários, os pontos de recarga dos aquíferos, a faixa litorânea além dos manguezais e as matas remanescentes;**
- c. áreas de descortino e respectivas vistas consideradas, pelos órgãos municipais competentes, como de excepcional

¹⁷ Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham valores para o patrimônio cultural da cidade do Recife.

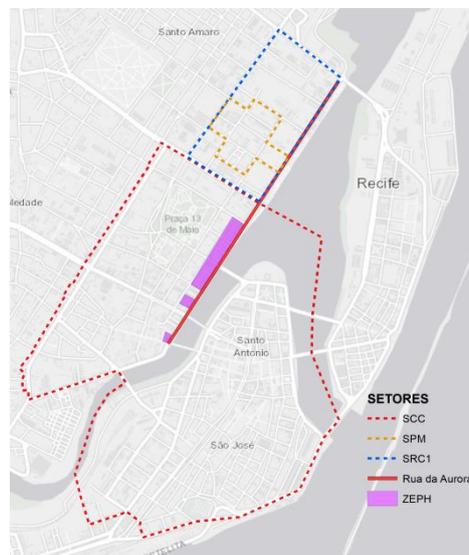
- beleza, interesse paisagístico, histórico e estético-cultural que emprestam significado e prestígio à história da cidade;
- d. pátios de antigos templos, Avenidas, praças e outros espaços urbanizados, passíveis de se converterem em centros ou pontos de animação turística e cultural;
 - e. áreas de amenidades, reconhecidas como recintos agradáveis e interessantes ao convívio social, dadas as características da composição, do dimensionamento e da vizinhança;
 - f. os imóveis definidos na LUOS como Imóveis de Proteção de Área Verde (IPAV's) e os Imóveis Especiais de Preservação - (IEPs).

Baseado nesses critérios pode-se considerar no primeiro momento que a Rua da Aurora possui **traços** paisagísticos urbanos que merecem proteção, devido sua localização na margem do rio Capibaribe, a presente vegetação nativa, os manguezais e o cenário histórico que manifestam-se através das edificações sua ocupação local e as mudanças urbanísticas ao longo do tempo (SILVA, 2017).

Até que, com a definição de zoneamentos e parâmetros construtivos para a cidade de acordo com o novo Plano Diretor do Recife de 2008, lei nº 17.511/2008, apresenta algumas modificações comparadas ao primeiro em 1991, lei nº 15.547 como a criação da Zona de Ambiente Natural (ZAN), com o intuito de diminuir o coeficiente construtivo nas margens dos rios e orlas do mar para preservar os elementos naturais, além de mencionar no art. 125 as unidades de conservação da paisagem (UCP), zonas do território que apresentam relevância cultural, consolidados ao decorrer do tempo e reconhecem a identidade da cidade (SILVA, 2017) e (SIQUEIRA, 2017).

Diante disso, conforme o zoneamento municipal definido pelo Plano Diretor da cidade do Recife (lei nº 17.511/2008) os lotes limítrofes a Rua da Aurora encontram-se subdividida entre ZEPH'S, ZECP (Zona Especial de Centro Principal), ZAN Capibaribe e a UCN (Unidade de Conservação Natural) Estuário do rio Capibaribe. Toda a Rua está localizada na ZECP que tem um raio de influência regional e metropolitano com exceção de um conjunto de edificações classificadas como ZEPH 8 (bairro

Figura 49: Perímetro dos setores SCC, SPM, SRC1 e o conjunto urbano tombado na Rua da Aurora.



Fonte: Autora, 2018.

da Boa Vista), sendo identificada como ZEPH 8.1, 8.2 e 8.3.

A ZECP se subdivide em quatro setores: Setor de Centro Consolidado (SCC) formado pela área do centro principal que contém uma morfologia urbana já consolidada; Setor de Requalificação do Centro (SRC 1 e 2) formado pela área de requalificação e renovação urbana com incentivo a novos usos e Setor de Preservação da Morfologia (SPM) formado por uma área com morfologia urbana característica em relação ao entorno, devendo seus projetos arquitetônicos estarem sujeitos a análise especial. Porém, na área de estudo verificou-se apenas três dos quatro setores apresentados, o SRC 1 e SPM, ver figura 49 (lei nº 17.489/2008).

A SRC2, por estar localizada na Ilha de Santo Antônio e São José, foi dispensada da tabela por não interferir na área de estudo, Rua da Aurora. Como se vê na tabela 1, a ZECP possui o maior potencial construtivo da cidade, onde os lotes que estão no SCC podem construir 7 vezes a área do lote, enquanto o setor SRC1, conhecido como o quadrilátero de Santo Amaro possui coeficiente construtivo de 5,5 e o SPM, 4. Há uma grande probabilidade de novas construções sobre esses parâmetros alcance um gabarito que prejudique a paisagem urbana história da Rua da Aurora e do entorno histórico.

Tabela 1: Parâmetros Construtivos dos setores SRC1, SPM e SCC.

Zona	Setor	TSN	I	Recuo inicial mínimo - Frontal	Recuo lateral e fundos – Edf. 2 pav.	Recuo lateral e fundos – Edf. > 2 pav.	Requisitos Especiais
ZECP	SRC 1	25%	5,5	NULO	NULO/1,5	NULO/3,0	A,B,C,D,G,H
	SPM	20%	4,0	-	-	-	A,I,J,K
	SCC	20%	7,0	NULO	NULO/1,5	NULO/3,0	A, B, C, D

Fonte: Autora, 2018.

Dando continuidade, em 1975, o Conselho Municipal de Cultura sugere ao Iphan o tombamento de duas quadras na Rua da Aurora compreendidas entre a Avenida Conde da Boa Vista e a Rua Princesa Isabel, em favor da permanência da fisionomia urbana, iniciando assim o processo de tombamento 1015-T-80 no IPHAN.

“Trata-se, na verdade, de um conjunto de edifícios, situados no logradouro em questão, salvo uns poucos que fogem à linha arquitetural predominante, eminentemente integrados na fisionomia do antigo Recife, fisionomia que, infelizmente, vai aos poucos, desaparecendo, urgindo, assim, as providências do poder público quanto a sua preservação.” (PROCESSO 1015-T-80 – SPHAN).

Mas, até 1980 o IPHAN não tinha se pronunciado a respeito, até que, ao decorrer do tempo a possibilidade de tombamento se deu por parte do Estado, sucedendo o tombamento do citado trecho e outros na Rua da Aurora, ocasionando o arquivamento do processo de tombamento 1015-T-80 pelo IPHAN.

Figura 50: Demarcação da subdivisão do conjunto urbano da Aurora.



Fonte: Google Earth, 2009, modificado pela autora.

O processo de tombamento nº 3522 de 14.10.1983 do conjunto urbano da Aurora tendo como regulador a FUNDARPE¹⁸, abrangendo desde a cabeceira da ponte da Boa Vista, com edificações de dois a três pavimentos, configurando um conjunto de sobrados, até a Rua João Lyra, a fim de proteger o perfil da Rua da descaracterização e demolição dos sobrados.

Assim, o conjunto segue a delimitação proposta pela Fundarpe que a subdivide em seis trechos (ver figura 50): o primeiro abrange o trecho entre a Rua da Imperatriz e a Avenida Conde da Boa Vista, com 4 edificações onde existiam 18 no local, o sobrado de esquina com a Rua da Imperatriz foi totalmente descaracterizado mantendo apenas o gabarito. Assim, estão protegidos especificamente os sobrados nº 31, 39, 49, 55 e a casa térrea nº 79 (ver figura 51). Vale salientar que os terrenos vazios vizinhos tem a permissão de construção nova com altura igual a do sobrado nº 55;

¹⁸ Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco é o órgão executor da Política Cultural do Estado.

Figura 52: Edificações pertencentes ao trecho 1.



Fonte: Silva, 2017, modificada pela autora.

O segundo trecho corresponde ao trecho entre a Avenida Conde da Boa Vista à Rua do Riachuelo, com 8 edificações no local de 12 anteriormente existentes. O sobrado de esquina com a Avenida Conde da Boa Vista, residência do Barão de Beberibe e mais 4 edificações construídas por ele foram demolidos para o alargamento da Avenida e parte do local onde está o edifício Pessoa de Melo. Neste caso, são preservados os sobrados nº 237,245,257,265 e 277 e o restante são três prédios de apartamentos (ver figura 52);

Figura 51: Edificações pertencentes ao trecho 2.



Fonte: Silva, 2017, modificada pela autora.

O terceiro trecho vai da Rua do Riachuelo até a Rua Princesa Isabel (ver figura 53), pode-se considerar o trecho mais significativo devido à quantidade de prédios preservados, com 11 edificações existentes, quando haviam 12. Desses, 9 mantêm suas características essenciais, 1 mantêm apenas a volumetria original (nº371) e 1 está desvinculado do contexto. No momento do processo de tombamento, ainda havia terrenos vazios, dessa forma foi previsto o gabarito para construções novas igual ao do sobrado nº 371, sendo tombados os sobrados de nºs

371, 379, 387, 425, 447, 457, 463, 469, 415 e a conservação do gabarito do prédio de esquina com a Rua Princesa Isabel;

Figura 53: Edificações pertencentes ao trecho 3.



Fonte: Disponível em <<http://www.expoimovel.com/imovel/apartamentos-comprar-vender-santo-amaro-recife-pernambuco/283110>> Acesso em: 23.04.2018

O quarto trecho abrange da Rua Princesa Isabel até a travessa Correia Neto, sendo preservados os nºs 533, 547, 555. De 5 edificações, 3 são sobrados dos quais apenas o nº547 mantém suas características originais, o prédio de esquina nº 529, além de ter um pavimento a mais, adquiriu elementos ecléticos, e o nº 533 apenas sua volumetria, o restante são construções recentes (ver figura 54);

Figura 54: Edificações pertencentes ao trecho 4.



Fonte: Google maps, 2017.

O quinto trecho corresponde a travessa Correia Neto á Rua Mamede Simões e destaque individual para o prédio da Assembleia Legislativa. O sexto trecho dá Rua Mamede Simões à Rua João Lyra com destaque individual para o Ginásio Pernambucano que mantém suas características originais, inaugurado em 1866 e o outro prédio desta quadra é construção recente pertencente a COMPESA (ver figura 55).

Figura 55: Prédio da Assembleia Legislativa e Ginásio Pernambucano, respectivamente.



Fonte: Silva, 2017, modificada pela autora.

O processo de tombamento nº 3522/83 ainda propõe que as edificações nº 79, 481, 555 e 763, deverão conservar seus gabaritos e qualquer tipo de reforma só será aceito se favorecer a integridade do conjunto.

De toda extensão e imóveis que compõem a Rua da Aurora, além do conjunto urbano antigo tombado, também é protegido pelo instrumento regulamentado pelo Decreto nº 25/37, o Ginásio Pernambucano, só que é tombado pelo Iphan a pedido da Secretaria da Cultura em 1983. Sendo uma das escolas mais antigas do país, possui um Museu de História Natural, importante em esfera regional e uma biblioteca com um rico acervo, além de personalidades importantes terem estudado lá (IPHAN, PROCESSO DE TOMBAMENTO 1101-T-83).

Não importa o modo como interiormente se encontra conservado, pois estamos a apreciá-lo apenas como parte de um cenário maravilhoso de beira rio (IPHAN, PROCESSO DE TOMBAMENTO 1101-T-83).

É uma construção neoclássica, com dois pavimentos, embora tivesse sido projetada para três pavimentos. Possui um pátio interno. A fachada é dividida em cinco módulos por pilastras, e a entrada é marcada por um pórtico toscano de arenito e seu frontispício tem um frontão triangular. Encontra-se em bom estado de conservação.

4.4 Verticalização na Rua da Aurora

Veras (2014) utilizou os autores Simmel (2009 [1913]), Berque (1994) e Cullen (1971) para compreensão da paisagem construída, através do que autora conclui ser arte *versus* empiria. Para aprofundar a construção teórica sobre a leitura da paisagem, baseado na estrutura adotada pela autora, destacamos os estudos de Gordon Cullen sobre a paisagem urbana, de forma que nos interessa a dialética entre o horizontal próximo, correspondente ao *landline* e o horizontal longínquo que seria o *skyline*, abordados mais adiante conforme representa na figura 56.

Figura 56: Esquema representativo teórico do que seria a arte X empiria.



Fonte: Autora, 2018.

A relação entre o skyline e o landline para entender a paisagem urbana é associada à imagem e a palavra que a arte e a empiria de Simmel (2009 [1913]) e Berque (1994) sugerem para a paisagem. Sob este ponto de vista, Veras (2014) fundamenta a compreensão da paisagem urbana em dois pontos de vista: a evolução histórica do exercício de contemplação sobre a cidade e a teoria da

paisagem urbana de Gordon Cullen (1971), sendo a primeira a observação sobre a cidade e a segunda parte da premissa de que a paisagem urbana é construída por valores subjetivos da vivência cotidiana e que os elementos que compõe a paisagem só são entendidos inter-relacionados, o que Cullen (1971) chama de arte do relacionamento.

A paisagem urbana é muitas vezes entendida pelos estudos da morfologia urbana ou aos estudos da iconografia, neste caso adotam-se as análises visuais, de modo que se questiona como a partir do entendimento da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora poderemos analisar os impactos visuais dos edifícios verticais do ponto de vista teórico? (VERAS, 2014).

Gordon Cullen (1971) propõe, sobre a apreensão da paisagem, observar a cidade por meio de qualidades emotivas percebidas pelos sentidos e não pela parte técnica. Ainda segundo o autor, ele compara que assim como uma multidão de pessoas chama a atenção do geral, um conjunto de edificações também atrai visualmente, muito mais que um edifício isolado, da mesma forma que os aspectos relativos à sua dimensão, cor, entre outros, serão evidentes, porém não tanto quanto fosse o contraste entre alturas, o que seria apenas grande se tornaria monumental.

Assim, Cullen (1971) recomenda atentar-se a análises visuais e cita três aspectos dos quais devemos considerar:

1. Visão Serial: seria o panorama inicial assimilado pelo transeunte. “Numa perspectiva visual temos dois pontos de vista a considerar: a **imagem existente** e a **imagem emergente**” (CULLEN, 1971, p. 11, grifo da autora).
2. Local: significa a nossa reação diante a nossa posição no espaço. O autor diz que há uma reação emocional típica quando surgem contrastes expressivos, assim confere o fator escala no conjunto urbano. “Alguns dos mais belos efeitos urbanísticos residem justamente na forma como é estabelecida a inter-relação de ambos” (CULLEN, 1971, p. 12).
3. Conteúdo: seria a composição da cidade, sua cor, textura, escala, estilo, natureza, personalidade e tudo que a caracteriza.

Desse modo, a análise visual se divide basicamente em dois componentes: a paisagem urbana histórica existente e a paisagem urbana emergente, ou seja, entende-se na Rua da Aurora a paisagem urbana histórica e a paisagem que emerge sem aparente preocupação com os impactos visuais causados ao conjunto urbano antigo pela sobreposição da verticalização.

Segundo Veras (2014), o reconhecimento do que seja valor universal excepcional passou a ter os seguintes critérios:

- Paisagem claramente definida, concebida e criada pelo homem;
- Paisagem essencialmente evolutiva, que testemunha sistemas passados;
- Paisagem associativa, geralmente com ligação a ideias relacionadas ao espaço natural e seus elementos de forte associação cultural, religiosa, artística ou mística.

Desta forma, a presente pesquisa limita-se à análise visual de um perfil de borda, no *skyline* que representa em sua horizontalidade a verticalização na Rua da Aurora. Para isso, também é necessário analisar o *landline* e acrescentar os impactos dessa verticalização sobre o conjunto urbano remanescente.

Segundo Silva (2017), as reflexões sobre o que a UNESCO considera para a proteção rebatem nas maneiras que a mesma utiliza para análise visual da paisagem, associadas ao conceito de autenticidade e integridade para monumentos construídos e que são abordados com dificuldade para a paisagem, que possui uma dinâmica constante e mudanças características peculiares.

Desse modo, baseado na pesquisa de Silva (2017), foram utilizados os critérios para análise de autenticidade contidos na Carta de Washington e Diretrizes Operacionais (UNESCO, 2005) que expressam que um bem corresponde às condições de autenticidade quando manifesta seus valores de maneira autêntica através dos atributos: forma e concepção; materiais e substâncias; uso e função; tradição, técnicas e sistema de gestão, localização e enquadramento, entre outras feições de patrimônio imaterial, espírito e sensação.

Quanto à integridade, conforme é citado por Silva (2017), Jokilehto (2006) aborda três tipos: integridade sócio funcional; integridade estrutural e **integridade visual**, sendo foco desta pesquisa o último, a fim de averiguar os impactos visuais das edificações verticais na Rua da Aurora, podendo prever uma distorção na leitura da paisagem urbana histórica da mesma devido a modificação das tipologias arquitetônicas que a compõem.

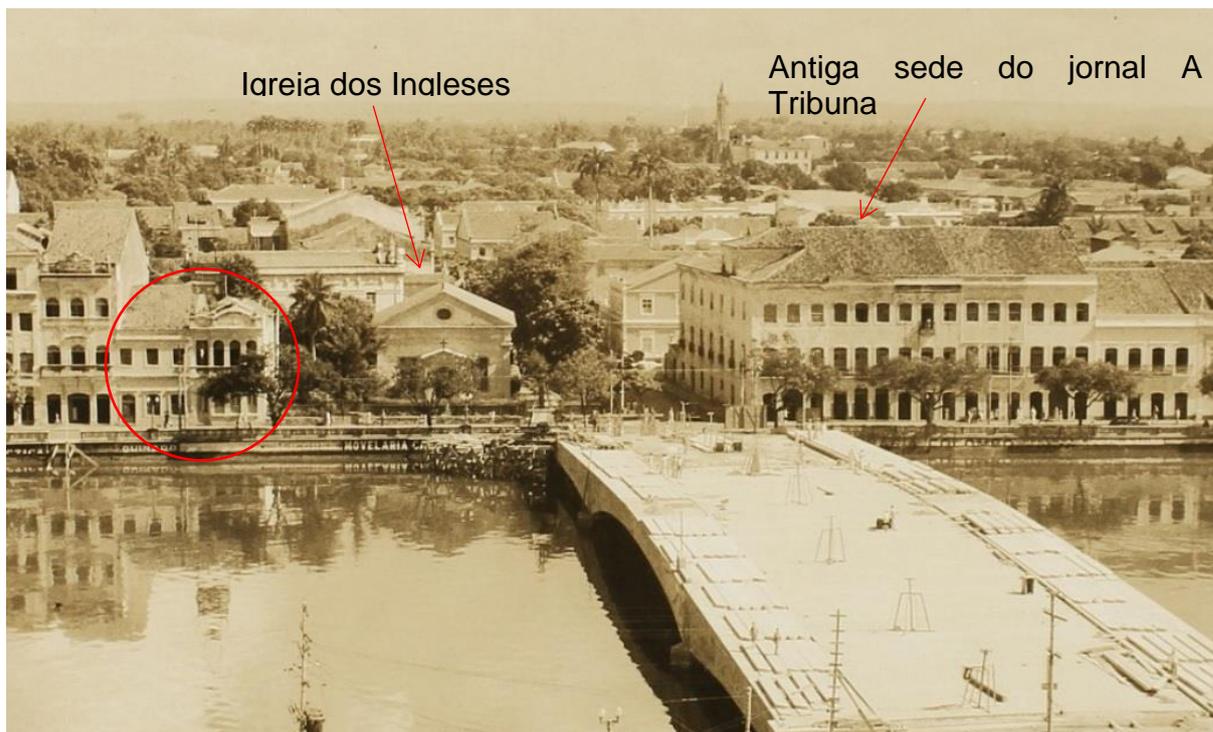
Desta forma, partindo da premissa de analisar a construção do território (*landline*) *versus* a imagem do que é visto (*skyline*), o primeiro momento foi analisado por meio de imagens, comparando o antes e o depois do conjunto urbano da Rua da Aurora. Concluindo que, ao olharmos a paisagem da Rua da Aurora, é clara a identificação das edificações construídas nos séculos XIX e XX. O processo

de urbanização e expansão da cidade de meados do século XX foi responsável pela reconfiguração espacial da Rua da Aurora, em um período ainda de consolidação das preocupações preservacionistas. Essa transformação urbana se sobrepôs ao conjunto remanescente, alterando a morfologia e tipologias arquitetônicas, resultando em divisões de tempos na leitura da paisagem urbana histórica da Rua, como se vê a seguir.

Sob este ponto de vista, convém lembrar o primeiro edifício vertical construído na Rua da Aurora, o edifício Duarte Coelho (1946), levantado onde funcionava a Igreja dos Ingleses, fundada em 1838. Essa prática de substituição ainda causou prejuízos aos sobrados da Rua, assim como ocorreu com os edifícios Luzíadas, Santa Alice, empresarial Pessoa de Mello, edifícios São Cristovão, Ébano e Caeté.

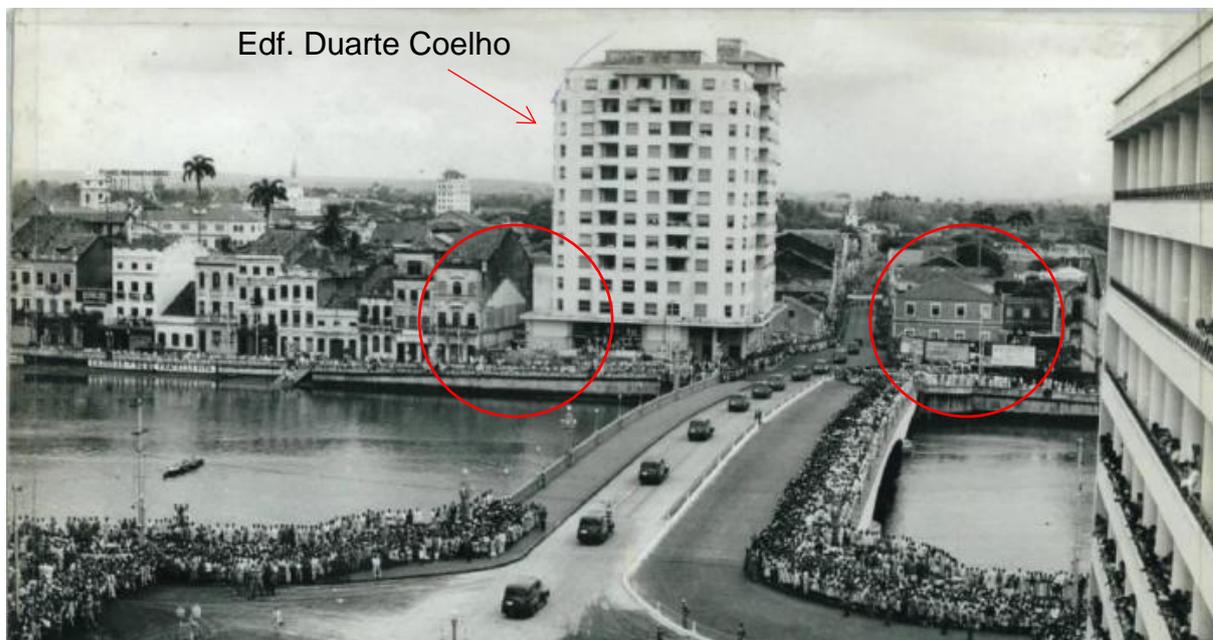
Na figura 57, percebe-se em primeiro plano a construção da ponte Duarte Coelho, ligando o bairro de Santo Antônio a antiga Rua Formosa e atual Avenida Conde da Boa Vista. Do lado esquerdo, de esquina com a Rua Formosa e Rua da Aurora, vê-se a Igreja do Ingleses – *Holy Trinity Church*. Do lado oposto, de esquina, vê-se o prédio da antiga sede do jornal A Tribuna e o conjunto de sobrados, além de perceber a horizontalidade do bairro da Boa Vista meados dos anos 1940.

Figura 57: Rua da Aurora antes da construção do edifício Duarte Coelho.



Fonte: Benício Whatley dias, 2018. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bd1INtJHcN2/?hl=pt-br&taken-by=pernambuco_arcaico> Acesso em: 18.04.2018.

Figura 58: Vista do edifício Duarte Coelho, Rua da Aurora.



Fonte: Wikimapia. Disponível em: <<http://wikimapia.org/508108/pt/Edif%C3%ADcio-Duarte-Coelho>> Acesso em: 19.05.2018.

Enquanto, na figura 58, observa-se que houve a demolição da Igreja dos Ingleses e de mais dois sobrados vizinhos a Igreja, assim como também se percebe a demolição do prédio da antiga sede do jornal A Tribuna para a construção do empresarial Pessoa de Mello.

Ainda pode-se observar na figura 60, a quantidade de sobrados que existia do lado esquerdo do edifício Duarte Coelho comparado aos que existem hoje (ver figura 61) e que, onde estão hoje, os edifícios Luziadas e Santa Alice, originalmente eram sobrados do século XIX (ver figura 59).

Figura 59: Edifícios Duarte Coelho, Santa Alice e o edf. Luziadas em construção, década de 1960.



Fonte: Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/2189645591175979/?type=3&theater>> Acesso em: 19.05.2018.

Figura 60: Edifício Duarte Coelho e conjunto arquitetônico remanescente.



Fonte: Recife de Antigamente. Disponível em: <<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/2046717938802079/?type=3&theater>> Acesso em 19.05.2018.

Figura 61: Rua da Aurora, trecho entre a Rua da Imperatriz e a atual Avenida Conde da Boa Vista.



Fonte: Silva, 2017.

Da mesma forma, sucede nos edifícios que ocupam o trecho entre a Avenida Conde da Boa Vista até a altura da Assembleia Legislativa. Nas figuras 62 e 63, percebemos a composição original da Rua da Aurora de sobrados e sua horizontalidade, o sobrado que funcionou como Prefeitura e antiga sede do Clube Internacional do Recife para então ser atualmente o Museu de Arte Moderna Aluísio Magalhães (MAMAM), ao seu lado a famosa loja Maçônica e ao seu lado vê-se também a substituição de três sobrados que deram lugar aos edifícios São Cristóvão e Ébano.

Figura 62: Rua da Aurora, trecho entre a Avenida Conde da Boa Vista e Rua Princesa Isabel, meados da década de 1960.



Fonte: Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/2188767971263741/?type=3&theater>> Acesso em: 19.05.2018.

Figura 63: Rua da Aurora, trecho entre a Avenida Conde da Boa Vista e Rua do Riachuelo, atualmente.



Fonte: Silva, 2017.

O mesmo processo aconteceu com o edifício Caeté. Nas figuras 64 e 65, observamos que a única monumentalidade que se destaca é o prédio da Assembleia Legislativa e o prédio do Ginásio Pernambucano, ao seu lado direito.

Figura 64: Rua da Aurora, trecho entre Rua Princesa Isabel e a Travessa Correia Neto.



Fonte: Fernando Machado. Disponível em: <http://www.fernandomachado.blog.br/novo/?p=141463> Acesso em: 19.05.2018.

Figura 65: Edifício Caeté, prédio da Assembleia Legislativa e o Ginásio Pernambucano.



Fonte: Quarto trecho da Rua da Aurora, século XXI.

Quanto aos edifícios construídos mais ao norte da Rua da Aurora, o pioneiro foi o edifício Capibaribe, construído após o edifício Duarte Coelho. Sem referências de imagens, não se sabe ainda o que de fato existia no lote em que este e os edifícios vizinhos (edifício Montreal, Iemanjá e Alfredo Bandeira) estão inseridos (ver figuras 66 e 67).

Figura 66: Rua da Aurora e o edifício Capibaribe.



Fonte: Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/2028854903921716/?type=3&theater> Acesso em: 19.05.2018.

Figura 67: Vista da parcela da Rua da Aurora que corresponde ao bairro de Santo Amaro. Em destaque: Edifícios Montreal, Iemanjá, Capibaribe e Alfredo Bandeira.



Fonte: Silva, 2017.

Quanto ao segundo momento, cabe observar o antes e o depois da paisagem da Rua em questão (ver figuras 68, 69, 70 e 71).

Figura 68: Vista da Rua da Aurora, 1938.



Fonte: Hiveminer. Disponível em
<https://hiveminer.com/User/DesProf.Peixoto> Acesso em: 19.05.2018.

Figura 69: Vista da ponte Princesa Isabel para uma parcela da Rua da Aurora.



Fonte: Silva, 2017.

Figura 70: Vista da Rua da Aurora, década de 1950.



Fonte: Diário de Pernambuco. Disponível em
<http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/exposicao-virtual-mostra-reproducoes-de-fotografias-do-recife-do-seculo-passado/> > Acesso em: 19.05.2018

Figura 71: Vista da Rua da Aurora, atualmente.



Fonte: Diário de Pernambuco Disponível em <http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/exposicao-virtual-mostra-reproducoes-de-fotografias-do-recife-do-seculo-passado/> Acesso em: 19.05.2018.

Percebe-se que a inserção dos edifícios verticais provoca na leitura da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora um rompimento na autenticidade e integridade da mesma baseada nos critérios utilizados pela UNESCO, citados anteriormente, como por exemplo na forma e na concepção arquitetônica, sendo notória a diferença entre as edificações na linha cronológica e em sua composição.

Figura 72: Observação da Rua da Aurora.



Fonte: Silva, 2017. Modificado pela autora.

A partir da análise do que é construído e a paisagem, nota-se que a organização territorial, os parâmetros urbanísticos que cada lote recebe interfere na quadra, conseqüentemente na Rua e no entorno em que ele está inserido. De forma que estas edificações verticais que destoam do conjunto urbano remanescente, seja por escala, gabarito, forma, tipologia, concepção, entre outras, estão ali inseridas porque a legislação permitiu e incentivou essa tipologia arquitetônica, sustentando o argumento de modernidade e progresso. E, aparentemente, somente após a construção dessas edificações e as demolições dos sobrados foi que perceberam que era de suma importância o tombamento do conjunto urbano histórico da Rua da Aurora.

Tendo em vista isso, a parcela norte da Rua da Aurora, correspondente ao bairro de Santo Amaro, devido ao período em que tinha indústria aquela área, tem uma tipologia arquitetônica de galpões e sofreu um período de desvalorização. Porém, recentemente, o mercado imobiliário vem atuando no local com construções de torres residenciais, que também interferem na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora, assim como afirma Silva (2017) em sua pesquisa.

Silva (2017) apresenta em seu trabalho um estudo da paisagem da Rua da Aurora com o objetivo de analisar os impactos de novas edificações na autenticidade e integridade da referida Rua. Baseada nos conceitos de autenticidade e integridade utilizados pela Unesco em avaliações de bens culturais patrimoniais e em três estudos internacionais de referência sobre a proteção e orientação de vistas de interesse histórico, sendo dois planos complementares de Londres (*Seeing the history in the View - 2011 e London View Management Framework - 2012*) e um documento Canadense (*Canada's Capital View Protection - 2007*). Desse modo, por meio de vistas previamente selecionadas, a autora concluiu que os parâmetros urbanísticos atuais que regem no seu entorno imediato e nas proximidades da Rua da Aurora possuem coeficientes construtivos bastante elevados, permitindo um alto grau de verticalização e, conseqüentemente, descaracterização da paisagem histórica.

Portanto, a figura 73, mostra os pontos de vistas escolhidos pela autora.

Figura 73: Pontos de visada trabalhados por Silva, para análise da Rua da Aurora.

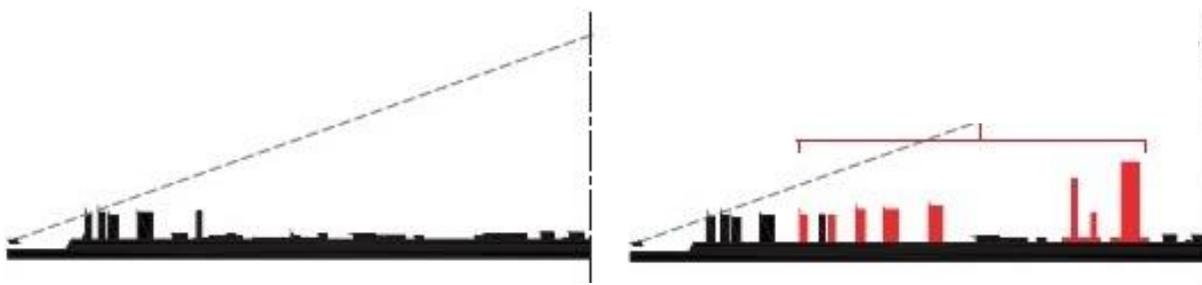


Fonte: Silva, 2017.

Das vistas trabalhadas por Silva (2017), aponto apenas três pontos de vista que resumem o estudo da paisagem da Rua da aurora e seu entorno.

Percebe-se na figura 74, que há uma margem com incentivo a verticalização por trás da Rua da Aurora, porém é considerado como imperceptível ao analisar este ponto de forma isolada, devido a verticalização existente na Rua da Aurora que esconde os demais.

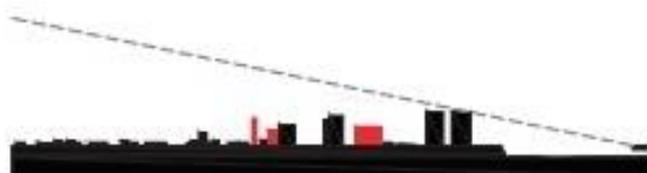
Figura 74: Vista VB1. a. e o corte esquemático com situação atual e simulação, respectivamente.



Fonte: Silva, 2017. Modificado pela autora.

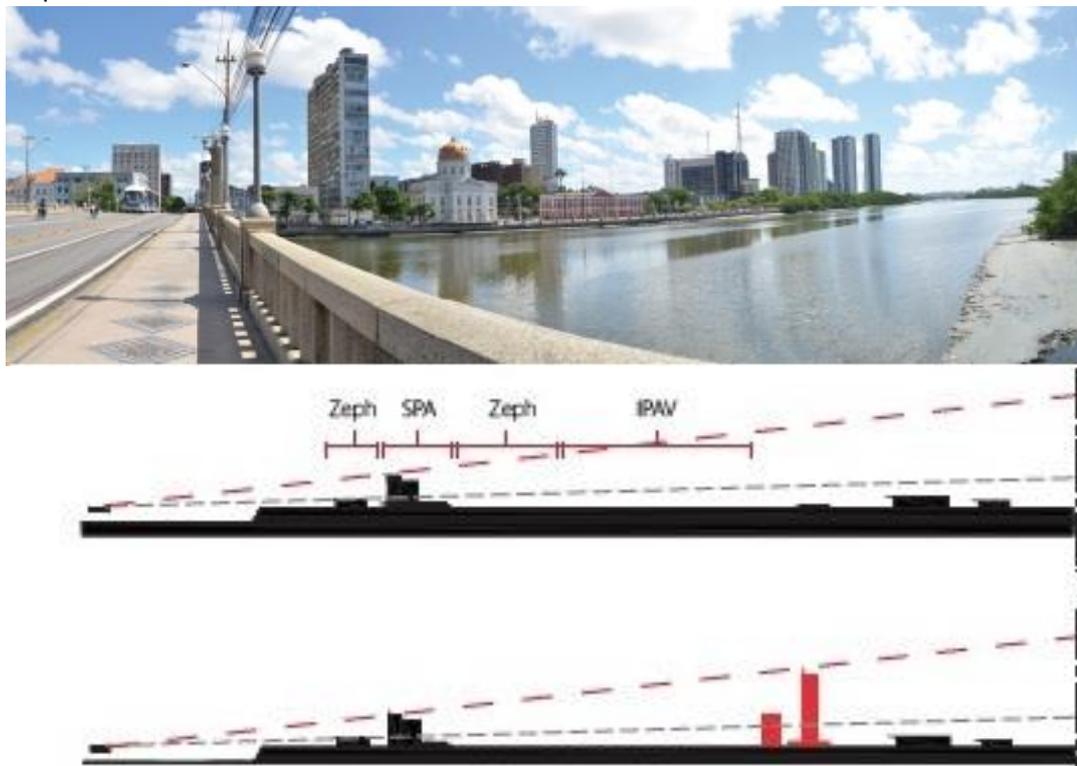
Enquanto as figuras 75 e 76 apresentam que os setores de preservação são importantes porque são capazes de diminuir a interferência de novas construções no entorno imediato do bem tombado, influenciando uma leitura autêntica do conjunto urbano da Rua da Aurora, mas que ainda assim, devido ao alto potencial construtivo as novas edificações impactam visualmente.

Figura 75: Vista VB4. b. e corte esquemático com situação atual e simulação, respectivamente.



Fonte: Silva, 2017.

Figura 76: Vista VB5. b. e corte esquemático com situação atual e simulação, respectivamente.



Fonte: Silva, 2017.

Portanto, além do fator escala a localização geográfica onde estão inseridos os edifícios verticais contemporâneos, no trecho norte da Rua da Aurora, permitem serem vistos a partir de pontes que ligam o bairro do Recife ao bairro de Santo Antônio, e mais uma vez destoam do conjunto arquitetônico urbano destes bairros e destacam-se na paisagem (ver figuras 77).

Assim, ao observarmos o *landline* e o *skyline* podemos perceber o contraste expressivo entre os edifícios verticais e o conjunto urbano antigo, a ausência de inter-relacionamento entre eles e com seu entorno caracterizado pelo núcleo urbano principal da cidade e o incentivo à verticalização por parte da própria legislação de modo que ao atentar-se a paisagem urbana que engloba a Rua da Aurora e seu entorno imediato percebe-se o quão ignorado esta sendo o conjunto urbano tombado pela verticalização. O que mostra, assim, a necessidade de uma revisão na legislação vigente e seus parâmetros urbanísticos de modo a incluir critérios que visem a preservação da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora.

Figura 77: Vistas da parcela norte da Rua da Aurora vista das pontes Buarque de Macedo, Maurício de Nassau e Ponte Giratória, respectivamente.



Fonte: Autora, 2018.

5 DIRETRIZES BÁSICAS PARA REFORMULAR O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA ATUAL NA RUA DA AURORA

A partir do contexto resultante, pode-se então propor diretrizes para reformular o processo de transformação urbana a fim de minimizar/evitar que a verticalização excedente traga como consequência mais impactos visuais sobre o conjunto urbano remanescente.

O presente trabalho considera como recorte de estudo a Rua da Aurora, uma área de análise delimitada pela Ponte da Boa Vista até a Ponte do Limoeiro e tem como princípio o conjunto urbano remanescente da referida Rua.

Partindo da premissa de que a paisagem é o resultado das relações sociais e naturais, e através dela podemos reconhecer as inter-relações que compõem um lugar e assim compreendê-lo, a partir do momento que ocorrem as transformações urbanas ao longo do tempo, a paisagem perde suas características originais, ou seja, a verticalização afeta não somente a ambiência do local, como também contribui para uma distorção na leitura da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora, comprometendo sua autenticidade e integridade visual, assim como afirma Siqueira (2017) em sua pesquisa:

As edificações representantes da história da cidade ficam subordinadas as novas arquiteturas erguidas sob uma verticalização incoerente com a escala do bem protegido que traz consigo uma ambiência muitas vezes inóspita alterando todas as estruturas do entorno e as imagens preexistentes dos bairros (SIQUEIRA, 2017, p. 104).

As cartas patrimoniais, abordadas no início do trabalho, fornecem contribuições para se alcançar a harmonia entre o novo e o antigo, considerando principalmente a Recomendação de Paris (1962) relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, reconhecendo que as novas construções inseridas em sítios históricos devem respeitar alguns requisitos de natureza estética, procurando estabelecer a harmonia com a ambiência a ser preservada. A Carta de Veneza (1964) reafirma que a convivência entre elementos de origens diferentes deverá considerar a ambiência em sua escala, de maneira que não seja alterada a paisagem do bem preservado pelo desequilíbrio entre os volumes. A Carta de Nairóbi (1976), por reconhecer a problemática da urbanização moderna de que novas construções prejudicarem indiretamente a ambiência e autenticidade dos

conjuntos urbanos históricos adjacentes recomenda que os arquitetos e urbanistas tenham a compreensão da paisagem dos monumentos e conjuntos urbanos e a paisagem que se obtém a partir deles para que se integrem harmoniosamente na vida contemporânea. A Carta de Washington (1986), para o caso de modificações ou novas construções, recomendada o respeito à organização espacial existente, reforçando a relação harmônica através de volume, escala, cor, materiais, estrutura, decoração e estilo. Pontos comuns apresentados nas cartas patrimoniais refletem para a inserção dos edifícios verticais em sítios históricos. Conclui-se que é recomendada a distinção no tratamento entre o conjunto urbano antigo e o elemento contemporâneo.

Com a compreensão da paisagem, com base teórica em Veras (2014) e Gordon Cullen (1971), pode-se concluir como os edifícios verticais influem negativamente na leitura da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora.

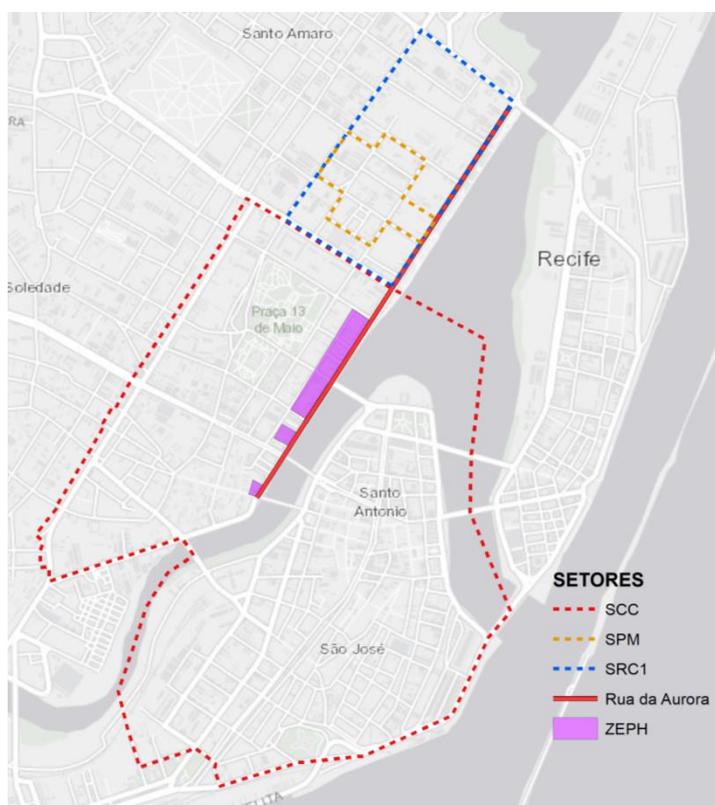
Em observação à paisagem existente e à paisagem emergente da Rua da Aurora, entende-se que apesar da existência dos edifícios modernistas do século XX, é crescente a atuação do mercado imobiliário na parcela Norte da Rua, fruto da própria legislação que permite tal verticalização. Este trecho é marcado visualmente com a presença de edifícios verticais contemporâneos das principais construtoras da cidade.

Portanto, deve-se ater às legislações que tratam da preservação do patrimônio construído, de modo que ao permitir a verticalização em sítios históricos, mudando as relações espaciais entre o conjunto urbano e seu entorno, comprometem sua autenticidade e integridade visual e tendem a depreciar o conjunto urbano antigo, ignorando características como ambiência, escala volume e sua relação com o contexto urbano histórico composto pelos bairros da Boa vista, Santo Antônio, São José e Recife.

Nesse sentido, tendo como princípio a tentativa de conciliar os fenômenos presentes no contínuo processo de transformação da cidade com a preservação da paisagem urbana histórica da Rua da Aurora, tem-se em vista propor diretrizes básicas para reformular o processo de transformação e evitar que se instalem edificações verticais no entorno do conjunto urbano remanescente, de modo que tais diretrizes possam ser acrescidas como revisão nas legislações municipais (Plano Diretor e LUOS) ou ser acrescidas na legislação de tombamento estadual (FUNDARPE). Esta última, especificamente, não enfatiza questões referentes ao entorno do bem tombado.

Portanto, primeiramente deve-se desestimular a verticalização em áreas históricas onde predomina uma massa construída morfologicamente horizontal. Na imagem elaborada (figura 78), pode-se observar que o setor SCC é o maior e possui o maior coeficiente construtivo permitido pela legislação municipal vigente (LUOS), ou seja, novas construções podem interferir na leitura da paisagem urbana histórica e ao conjunto urbano tombado (ver figuras 79, 80 e 81).

Figura 78: Limite dos setores SCC, SRC1 e SPM.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 79: Simulação do coeficiente construtivo permitido pela legislação atual no setor SRC1.



Fonte: Autora, 2018.

Figura 80: Simulação do coeficiente construtivo permitido pela legislação atual no setor SCC visto de outro ângulo.



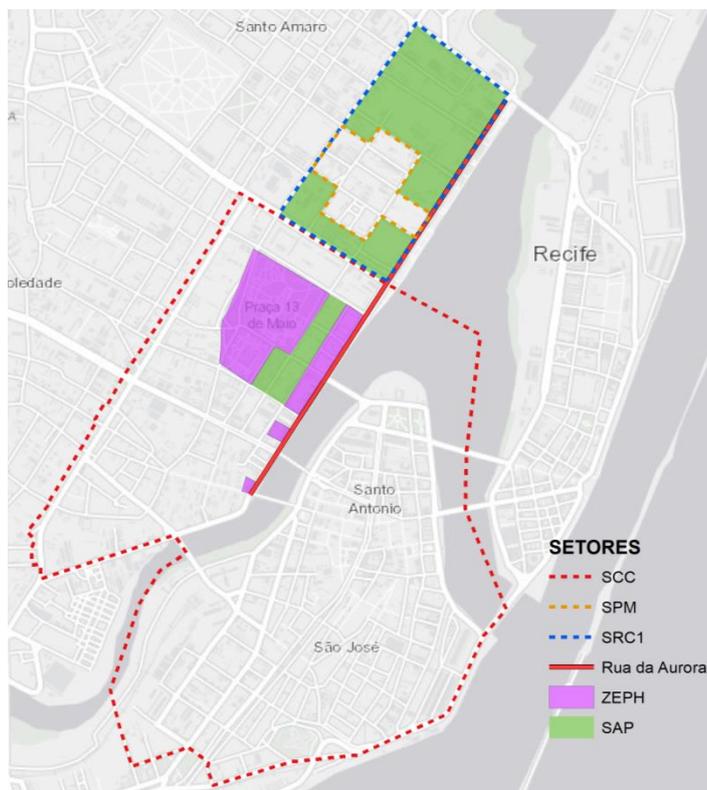
Fonte: Silva, 2018. Modificado pela autora.

Assim, é recomendado que na ZECP seja redefinido o coeficiente construtivo de seus subsetores e acrescente um limite de gabarito, independentemente da quantidade máxima de metros quadrados que o coeficiente construtivo estabeleça, visando instaurar harmonia de volumes e escala.

Assim, cada setor deve atender aos parâmetros de acordo com o que se deseja preservar a fim de não causar impactos visuais negativos na paisagem. Para a definição de tais parâmetros, os lotes a serem renovados e o gabarito não deverão ultrapassar a altura da edificação mais próxima a ele. Enquanto o potencial construtivo da ZECP são os mais altos da cidade, o que torna atrativo para o mercado imobiliário, o coeficiente construtivo deveria ser reduzido para que seja compatível com o restante da área para que não haja exploração indevida do território, de modo a impedir prejuízos à harmonia da paisagem urbana histórica.

Deste modo, a parcela norte da Rua da Aurora, correspondente ao quadrilátero de Santo Amaro (SRC1), deveria ser considerada um setor de preservação ambiental, como área de transição, a garantir a morfologia preservada do setor SPM (ver figura 82). Tanto o SRC1 e SPM são áreas que atualmente estão sendo alvo da verticalização, devendo-se aplicar a redução do coeficiente construtivo e estabelecer um limite de gabarito para que não impacte mais na paisagem.

Figura 81: Zoneamento proposto para o setor SRC1.



Fonte: Autora, 2018.

Com a intenção de evitar que aconteça futuramente o mesmo que aconteceu no SRC1, é que por trás do conjunto urbano remanescente, tombado pela FUNDARPE, possui uma vasta área propensa à renovação urbana (ver figuras 80 e 81). No trecho entre a Rua da Imperatriz e Rua do Riachuelo, do setor SCC, além da redução do coeficiente construtivo, é indicado que a definição dos limites de gabarito se dê de forma progressivamente a partir do ponto de visada das Ruas do Sol e Floriano Peixoto, a fim de preservar o conjunto tombado e preservar a paisagem urbana histórica.

As orientações acima descritas para os setores SRC1, SPM e SCC podem ser resumidas em:

- a) Desestimular a verticalização;
- b) Compatibilização do coeficiente construtivo dos setores;
- c) Atribuir limite de gabarito compatível com o entorno;
- d) Acrescentar o setor de preservação ambiental (SPA) no entorno da SPM;

- e) Inserir a preservação da paisagem como critério para elaboração de parâmetros urbanísticos, não apenas para Rua da Aurora, mas também para quaisquer sítios históricos, a fim de preservar a identidade da paisagem urbana histórica como um todo.

Por reconhecer a diversidade espacial e a dinâmica da paisagem do Recife é que a intenção não é se opor à verticalização em si, apenas defender que a verticalização inserida em sítios históricos acarreta em impactos visuais no conjunto urbano antigo, bem como na paisagem urbana histórica. A legislação municipal tem de cessar com os incentivos e estímulos à ocupação do mercado imobiliário em áreas ociosas com má infraestrutura com argumento de sustentabilidade, renovação urbana e melhor qualidade de vida para o cidadão. Com isso, pode-se direcionar o processo de formação de uma consciência crítica à população quanto à sua relação com a cidade levando-a a assumir um papel que lhe cabe no planejamento urbano da cidade e questionar-se: qual o modelo de cidade que queremos?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, com o intuito de analisar os possíveis impactos do atual processo de transformação vertical na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora, abordou os diversos assuntos relacionados à paisagem e patrimônio. Inicialmente, revisou de forma ampla o conceito de paisagem e sua relação com a sociedade e com os elementos que a compõem. Assim como a ampliação do conceito de patrimônio e a inserção da paisagem como patrimônio, uma breve síntese dos principais documentos patrimoniais que abordam o tema.

Paisagens urbanas históricas são aquelas que identificam os espaços urbanos, expressas na morfologia, forma e tipologia arquitetônica que contenham registros de experiências passadas, decorrentes da apropriação do espaço que ocorre ao longo do tempo através dos processos sociais que movimentam, transformam e criam a identidade do lugar, permitindo que o próprio espaço da cidade narre sua história. Tendo em vista esta compreensão, a Rua da Aurora traduz essa paisagem.

Posteriormente, frente a essas transformações urbanas advindas com a verticalização associadas ao progresso e a cidades modernas é que, por reconhecer a dinâmica das grandes cidades acrescidas com o desenvolvimento acelerado sendo este o principal aspecto que atua na transformação urbana e consequentemente provoca a modificação da paisagem, diante do atual cenário arquitetônico da cidade do Recife, relacionado aos edifícios verticais inseridos em ou próximos a sítios históricos, apresentam impactos ao patrimônio edificado e na leitura da paisagem. Estas novas construções contemporâneas inseridas na paisagem entre o “antigo” e o “novo” devem respeitar a integridade e autenticidade do conjunto urbano antigo (SIQUEIRA, 2017).

O reconhecimento da Rua da Aurora como paisagem urbana histórica e seu relacionamento entre o *skyline* e *landline* encontrados em Veras (2014) e Cullen (1971) foram primordiais para o entendimento e leitura da paisagem e assim conseguir articular os possíveis impactos visuais causados pela verticalização desde as primeiras edificações verticais inseridas na Rua até as que são inseridas em seu entorno.

Assim, a partir da comparação de imagens da Rua da Aurora de épocas distintas, percebeu-se que a inserção de edifícios verticais na referida rua, só estão lá por conta da legislação municipal que permite e possui um alto nível de potencial

construtivo. Pode-se observar que as zonas de SPA, setores que tem por objetivo garantir uma transição adequada entre a ZEPH-SPR e as demais, que em alguns trechos cumpre seu papel e em outras demonstra ser insuficiente e, portanto percebe-se a necessidade de revisão na legislação vigente e em seus parâmetros urbanísticos.

Diante disso, a pesquisa conclui que conforme a hipótese, os edifícios verticais impactam negativamente na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora e demonstra ter alcançado seu objetivo geral de identificar os possíveis impactos visuais do processo de transformação vertical na paisagem urbana histórica da Rua da Aurora. Satisfazendo também os objetivos específicos em analisar a paisagem “antes” e “agora”, identificar o que influenciou essa alteração e propor as diretrizes básicas com o intuito de chamar a atenção para o fenômeno que está acontecendo nessa área, a fim de salvaguardar a paisagem urbana histórica da Rua da Aurora.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AB´SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil – Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, C. Recife em Transformação. **Jornal do Comércio**, Recife, 08 abr. 2018. 01-08.

ALVIM, Z.; RAPOSO, I. Artérias da Verticalização: O Elevador no Brasil. In: AUTORES, V. **Os céus como fronteira: a verticalização no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Grifo, 2013. p. 08-63.

BRASIL. Decreto-Lei Nº25. **Planalto**, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BERQUE, Augustin (Dir.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, 1994.

BUNGE, M. **Teoria e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CAVALCANTI, V. C. S. **Um olhar sobre sociabilidades e práticas socioespaciais parao Recife (1980-1989)**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 206. 2016.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, F. A. P. D. **Anais Pernambucanos 1591-1634**. Recife: Fundarpe, v. 7, 1984.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, LDA, 1971.

FIGUEIREDO, V. G. B. O Patrimônio e as Paisagens: Novos Conceitos para Velhas Concepções? **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. n.32, p. 83-118, 2013.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPAR, Lúcia. *Rua da Aurora, Recife, PE*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 04.05.2018.

HARTOG, F. **Tempo e patrimônio. Varia História**. 36. ed. Belo Horizonte: PPG-HIS, v. 22, 2006. 261-273 p.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context, 2006. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs/2006/CT-2006-44.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

LACERDA, N. Valores dos bens Patrimoniais. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano da Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 44-54.

LEITE, M. A. F. P. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, São Paulo, v. nº 4, p. 45-66, 1992.

LEITE, M. Â. F. P. Uma Narrativa da Paisagem. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. n.28, p. 59-78, 2011.

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIRA, F.; CABRAL, R. Estrutura Internacional de Conservação. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI, 2012. p. 56-69.

MACEDO, S. S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século 1990-2010**. São Paulo: UNICAMP, 2012. 344 p.

MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. São Paulo: Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1982.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINS, P. C. G. Diálogos verticais: arranha-céus na paisagem urbana brasileira. In: AUTORES, V. **Os céus como fronteira: a verticalização no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Grifo, 2013. p. 64-91.

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o Conceito de Paisagem**. Curitiba: UFPR, v. n.8, 2004. 83-91 p.

MENEZES, J. L. M. **Atlas Histórico e Cartográfico do Recife**. Recife: [s.n.], 2017.

MONTANER, J.. **Depois do movimento moderno**. 1ª. ed. [S.I.]: GG BRASIL, 2012.

NASLAVSKY, G. Cidade do Recife (1920-2011): nos rumos da modernidade. In: AUTORES, V. **Os céus como fronteira: a verticalização no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Grifo, 2013. p. 250-277.

OLIVEIRA, A. F. B. D. O IPHAN e seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, 2009. 19-38.

PEREIRA, J. N. D. A. **Renovar preservando: os Imóveis Especiais de Preservação no Recife**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 361. 2009.

PEVSNER, N. **Origens da Arquitetura Moderna e do Design**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Editora, 2001.

PONTUAL, V. O Urbanismo no Recife: entre ideias e representações. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, Recife, 2, Novembro 1999. 20.

QUARTO trecho da Rua da Aurora. Recife: século XXI.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Sistemas de Espaços livres Urbanos: Construindo um Referencial Teórico. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. 24, p. 81-88, 2007.

REZENDE, M. B. et al. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**. Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro. 2015. (ISBN 978-85-7334-279-6).

RIBEIRO, C.; LIRA, F. Autenticidade, Integridade e Significância Cultural. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centros de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. Cap. 2, p. 32-43.

RODRIGUES, R. J. C. **De arruados dispersos a uma conformação singular: diretrizes para o tombamento federal do bairro da Boa Vista**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 188. 2006.

ROLIM, E. D. S. Patrimônio Histórico, Memória, História e Construção de Saberes. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal - RN, 22-26 Julho 2013. 13.

ROLNIK, R. Definindo a cidade. In: ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, v. Coleção Primeiros Passos; 203, 2012. Cap. II, p. 11-32.

SA CARNEIRO, A. R.; SILVA, A. F. Paisagem Urbana Histórica. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. Cap. 20, p. 292-299.

SANDEVILLE JUNIOR, E. Paisagem. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. 20, p. 47-59, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SCHLEE, M. B. et al. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras - Um Debate Conceitual. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, v. 26, p. 225-247, 2009.

SILVA, M. T. D. M. **Paisagem Urgente: um estudo sobre conservação e renovação urbana na rua da Aurora**. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, p. 240. 2017.

SIMMEL, G.. C. U. D. B. A filosofia da paisagem, Covilhã, 2009 [1913]. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf>.

SIQUEIRA, C. F. D. Q. **Preservação e renovação urbana no Recife: uma dialética nos imóveis especiais de preservação**. Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife, p. 114. 2017.

UNESCO. Recomendação Paris Paisagens e Sítios. **IPHAN**, 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Recomendação Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. **IPHAN**, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Recomendação Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. **IPHAN**, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Recomendação de Nairóbi. **IPHAN**, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. **VIENNA Memorandum**. [S.l.]: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://conservacion.inah.gob.mx/normativa/wp-content/uploads/Documento34.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

VERAS, L. M. D. S. C. **Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife Urbano**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 467. 2014.

ZANCHETI, S. et al. **A construção da significância cultural nos processos de conservação urbana**. Recife: texto não publicado, 2008.

CARTAS E DOCUMENTOS PATRIMONIAIS

ABAP. Carta Brasileira da Paisagem, 23 Novembro 2012. Disponível em: <<http://www.abap.org.br/sites/default/files/docs/carta-brasileira-paisagem-2010.pdf>>. Acesso em: 11 Novembro 2017.

CIAM. Carta de Atenas, Atenas, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. **IPHAN**, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CONSELHO DA EUROPA. Recomendação Europa. **IPHAN**, 1995. Acesso em: fev. 2018.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Decreto n. 4/2005, Florença, 20 Outubro 2000. Disponível em: <<https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acesso em: 5 Setembro 2017.
CORREA, V. F.; CALLIARI, M. S. P. **Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais**. São Paulo: [s.n.], 2015.

ICOMOS. Carta de Veneza. **IPHAN**, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ICOMOS. Carta de Burra. **IPHAN**, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ICOMOS. Carta de Washington. **IPHAN**, 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

ICOMOS. Declaração de XI'AN. **ICOMOS**, 2005. Disponível em: <<https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

O.E.A. Normas de Quito. **IPHAN**, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris: World Heritage Centre, 2005.

UNESCO. Recomendação Paris Paisagens e Sítios. **IPHAN**, 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Recomendação Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. **IPHAN**, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Recomendação Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. **IPHAN**, 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. Recomendação de Nairóbi. **IPHAN**, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

UNESCO. **VIENNA Memorandum**. [S.l.]: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://conservacion.inah.gob.mx/normativa/wp-content/uploads/Documento34.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto-Lei nº. 25 de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

IPHAN. Processo de Tombamento 1015-T-80. Referente ao tombamento de duas quadras da rua da Aurora. Pernambuco.

_____. Processo de Tombamento 1101-T-83. Referente ao tombamento do Ginásio Pernambucano. Pernambuco.

ENGLISH HERITAGE, Seeing The History in the View : a method for assessing heritage significance within views. 2011. Disponível em: <<http://historicengland.org.uk/images-books/publications/seeing-history-view/>> Acesso em 10. 04. 2018.

FUNDARPE. Processo de Tombamento 3522 de 14 de 1983. Referente ao tombamento do conjunto urbano da rua da Aurora. Pernambuco.

GREATER LONDON AUTHORITY. London View Management Framework: The London Plan Supplementary Planning Guidance. 2012. Disponível em: <<https://www.london.gov.uk/what-we-do/planning/implementing-london-plan/supplementary-planning-guidance/london-view-management>> Acesso em: 10.04. 2018.

NATIONAL CAPITAL COMISSION, Canada's Capital View Protection: Protecting the Visual Integrity and Symbolic Primacy of Our National Symbols. 2007. Disponível em: <<http://www.ncc-ccn.gc.ca/sites/default/files/pubs/NCC-Canadas-Capital-Views-Protection-2007.pdf>> Acesso em: 10.04.2018.

PERNAMBUCO. Lei nº 7.970 de 1979. Institui o tombamento de bens pelo Estado. Pernambuco, 18 set. 1979.

RECIFE. Lei nº 13.957 de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da Cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens; autoriza o Prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Município no dia 23 de jan. 2007.

_____. Lei nº 14.511 de 1983. Uso e Ocupação do Solo. Define diretrizes para o uso e a ocupação do solo e dá outras providências.

_____. Lei nº 16.719 de 2001. Cria a Área de Reestruturação Urbana – ARU, composta pelos bairros Derby, Espinheiro, Graças, Afritos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Apipucos e parte do bairro da Tamarineira, estabelece as condições de uso e ocupação do solo nessa área.

_____. Lei nº 15.547 de 1991. Estabelece as diretrizes gerais em matéria de política urbana, institui o plano diretor de desenvolvimento da cidade do Recife, cria o sistema de planejamento e de informações da cidade e dá outras providências.

_____. Lei nº 17.511 de 2008. Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife e dá outras providências.

_____. Lei nº 7.427 de 1961. Codificação das normas de urbanismo e obras.

_____. Lei nº 17.489 de 2008. Modifica os limites e os parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo na Zona Especial de Centro Principal – ZECF.

_____. Lei nº 16.243 de 1996. Estabelece a Política do Meio Ambiente da Cidade do Recife e consolida a sua legislação ambiental, mediante a instituição do código do meio ambiente e do equilíbrio ecológico da cidade do Recife.

SITES VISITADOS

Acervo Estadão

Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-o-edificio-martinelli,9083,0.htm>> Acesso em: 04.04.2018.

Adeppe.

Disponível em: <<http://adeppe.com.br/sede/>> Acesso: 20.04.2018;

Algo Mais.

Disponível em: <<http://revista.algomais.com/colunistas/escolas-e-colegios-do-recife-antigamente>> Acesso em: 20.04.2018;

Alo Rio de Janeiro

Disponível em: <<http://aloriodejaneiro.com/2016/12/14/rio-de-janeiro-e-1a-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrimonio-mundial-da-unesco/>> Acesso em: 30.11.2017.

Alto Astral.

Disponível em: <<https://www.altoastral.com.br/recife-gastronomia-arquitetura-historica/>> Acesso em: 06.03.2018.

Antes que Suma – Rede Social.

Disponível em: <<https://antesquesuma.com.br/historia-viva/hotel-central-recife-manoel-borba/>> Acesso em: 10.04.2018.

Benício Whatley dias

Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bd1INtJHcN2/?hl=pt-br&taken-by=pernambuco_arcaico> Acesso em: 18.04.2018.

Conexão Paris.

Disponível em: <<https://www.conexaoparis.com.br/2015/09/09/o-que-e-o-la-defense/>> Acesso em: 08.04.2018.

Diário de Pernambuco

Disponível em <<http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/exposicao-virtual-mostra-reproducoes-de-fotografias-do-recife-do-seculo-passado/>> Acesso em: 19.05.2018.

Ephemeral New York

Disponível em:
<<https://ephemeralnewyork.files.wordpress.com/2010/11/cityhallparkpostcard.jpg>>
Acesso em: 04.04.2018.

Energy Institute

Disponível em: <<https://energyathaas.files.wordpress.com/2013/09/esb.jpg>> Acesso em: 04.04.2018.

Federação Pernambucana de Remo

Disponível em: <http://fpr-remo.com.br/?page_id=1119> Acesso em:

Fernando Machado.

Disponível em: <<http://www.fernandomachado.blog.br/novo/?p=141463>> Acesso em: 19.05.2018.

Fotolog.

Disponível em <<http://www.fotolog.com/tc2/14527824/>> Acesso em: 10.04.2018.

Fundação Joaquim Nabuco

Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/>> Acesso em:

Globo

Disponível em <<http://educacao.globo.com/artigo/reforma-urbanistica-de-pereira-passos-o-rio-com-cara-de-paris.html>> Acesso em: 04.04.2018.

Hiveminer.

Disponível em <<https://hiveminer.com/User/DesProf.Peixoto>> Acesso em: 19.05.2018.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em:

Lituraterre

Disponível em: https://lituraterre.files.wordpress.com/2011/01/Rua_da_aurora_recife_bairro_boa_vista.jpg> Acesso em: 17.04.2018.

Metropolis Magazine

Disponível em: <http://www.metropolismag.com/architecture/residential-architecture/condo-housing-model-every-american-can-love/>> Acesso em: 04.04.2018.

Museu2009.

Disponível em < <http://museu2009.blogspot.com.br/2015/10/tombado-pelo-iphan-Rua-da-aurora-e-um.html>> Acesso em: 17.04.2018.

NE10.

Disponível em: <http://imagens3.ne10.uol.com.br/blogsiconline/pingafogo/2016/11/Edif%C3%ADcio-AIP-Foto-Alexandre-Gondim-JC-Imagem-III.jpg>> Acesso em: 04.04.2018.

Prefeitura do Recife

Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/ESIG/>> Acesso em: 06.05.2018

Pernambuco Arcaico – Rede social

Disponível em: https://www.picmog.com/media/1126959044009516136_1904906654> Acesso em: 19.04.2018.

Pinterest

Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/545498573597314996/>> Acesso em: 04.04.2018.

Pickluck

Disponível em: http://www.picluck.net/media/1375076887025668782_1904906654> Acesso em: 04.04.2018.

Recife de Antigamente – Rede Social

Disponível em: < <https://www.facebook.com/recantigo/photos/a.1206410226166192.32134.1206395696167645/203011>6367128903/?type=3&theater>> Acesso em: 19.04.2018;

Recife e Olinda um Olhar Particular – Rede Social

Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/BihQh1AHwXb/?hl=pt-br&taken-by=recifeeolindaumolharparticular>> Acesso em: 25.05.2018.

Socimage.

Disponível em: http://www.socimage.net/media/1057503904504864514_1904906654> Acesso em: 04.04.2018.

Sky Scaper City.

Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=130848550>>
Acesso em: 04.04.2018.

Wikipedia

Disponível em:
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Vista_\(Recife\)#mediaFileBairro_da_Boa_Vista_-_Recife_-_Pernambuco_-_Brasil.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Boa_Vista_(Recife)#mediaFileBairro_da_Boa_Vista_-_Recife_-_Pernambuco_-_Brasil.jpg)> Acesso em: 10.03.2018.

UNESCO

Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/documents/113214>> **Acesso em**
11.03.2018.

Wikimapia.

Disponível em: <<http://wikimapia.org/508108/pt/Edif%C3%ADcio-Duarte-Coelho#/photo/2283695>> Acesso em: 04.04.2018.

Vitruvius.

Disponível em: <
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.040/3159>> Acesso em:
08.04.2018.